

## 005ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 29JUN2021

Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

(Texto com revisão final.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** (19h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da 005ª Audiência Pública Virtual. Boa noite a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura do edital de convocação desta Audiência Pública e também informe as orientações do desenvolvimento dos trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Nossa saudação a todos, a todas e a todes. Procederei à leitura do edital (Lê.):

### “EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

**PROCESSO SEI 014.00020/2021-18 AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 018/20, QUE ALTERA O ARTIGO 21, A DENOMINACAO DA SECAO I DO CAPITULO III, O § 3º DO ARTIGO 31, O ARTIGO 32, O ARTIGO 33, O CAPUT E §§ 1º E 4º DO ARTIGO 34, O CAPUT DO ARTIGO 36, O § 5º DO ARTIGO 37-A, O CAPUT E § 1º DO ARTIGO 63, O § 1º DO ARTIGO 64, O CAPUT DO ARTIGO 80, O INCISO XVI DO ARTIGO 96, O ARTIGO 124, INCLUI OS §§ 2º, 7º, 8º, 9º, 10 E 11 NO ARTIGO 34, O § 2º NO ARTIGO 36, O INCISO III NO § 4º E OS §§ 6º A 11 NO ARTIGO 37-A, O § 2º NO ARTIGO 38-B, OS §§ 3º, 4º, 5º E 6º NO ARTIGO 63 E OS ARTIGOS 34-A, 36-A, 74-B, 113 E 114, E RENAMEIA O PARAGRAFO UNICO DO ARTIGO 38-B PARA § 1º, TODOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 478, DE 26 DE SETEMBRO DE 2002 - QUE DISPOE SOBRE O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE (PREVIMPA), DISCIPLINA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 29 de junho de 2021, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136086>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: [audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br](mailto:audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br). As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública poderá ser acessada e será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 07 de junho de 2021.  
**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY, Presidente.**”**

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

O funcionamento desta reunião se dará nos seguintes termos: teremos, inicialmente, uma apresentação do projeto, por até 20 minutos, efetuada pelo governo, depois teremos uma apresentação, de até 20 minutos que vai ser feita por integrantes do Simpa, sendo que esse tempo será dividido com o Conselho Administrativo do Previmpa; depois será disponibilizado tempo para as primeiras dez inscrições da comunidade, dos servidores que quiserem se manifestar sobre o tema. Os vereadores que já estão entre nós falarão intercaladamente com as inscrições da comunidade. Essa são as regras desta nossa audiência.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, diretor Luiz Afonso. Quero saudar a presença do secretário Rodrigo Fantinel, da Secretaria Municipal da Fazenda; do Sr. Rodrigo Costa, diretor-geral do Previmpa; do secretário Cassio Trogildo, da Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política – SMGOV; e do prefeito Sebastião Melo. Saudando o prefeito, saúdo todas as autoridades e, em especial, faço uma saudação ao Simpa e ao representante do Conselho de Administração do Previmpa, Sr. Edmilson Todeschini, além dos vereadores que eu visualizo aqui e passo a nominar: Pedro Ruas, Cassiá Carpes, Airto Ferronato, José Freitas, Reginete Bispo, Lourdes Sprenger, Claudio Janta, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Mirgon Kayser, Pablo Melo, Cláudia Araújo, Comandante Nádia e Karen Santos. Vejo também aqui representantes de várias entidades e cumprimento a todos na pessoa do Jerri, que é o nosso presidente do Sindicâmara, assim como as demais associações e sindicatos, também na pessoa do presidente do Simpa, Sr. Alexandre.

De imediato, vamos passar a palavra ao prefeito Sebastião Melo, e, também, conforme orientação da DL, deverão se manifestar o secretário Rodrigo Fantinel e o Rodrigo Costa no tempo previsto para a manifestação do governo, que serão os 20 minutos iniciais. Prefeito, uma boa-noite. Obrigado. A palavra é sua.

**SR. SEBASTIÃO MELO:** Presidente Márcio, no seu nome, quero estender os cumprimentos a toda a Mesa diretora, a todos os vereadores, aos líderes de bancada que ocupam a nossa Câmara, onde servi por 12 anos, talvez seja a melhor Câmara de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

Vereadores do Brasil, espalhadas do Oiapoque ao Chuí, pelo comprometimento com a melhoria da vida do cidadão porto-alegrense. Quero cumprimentar também aqui as entidades, não só o Previmpa, mas todas as demais entidades representativas, algumas delas já foram nominadas, sintam-se todos saudados; quero também saudar aqui meus colegas de governo, Secretário Rodrigo Costa, Secretário Fantinel, Secretário Cassio. Quero dizer que estou numa dose dupla, amanhã terei que fazer um anúncio sobre a reestruturação da mobilidade urbana, então estou numa reunião paralela na outra sala, não só em relação ao preço da passagem, mas, também, e especialmente, a decisões importantes que tenho que tomar e compartilhar com a Câmara. Então, estarei indo e voltando, mas me sinto, aqui nesta Mesa, muito representado.

O que eu quero dizer é – para que os secretários possam depois entrar nas questões mais técnicas – que o nosso governo é um governo de muito diálogo, de muita construção. A reforma que nós construímos foi fruto disso, com as entidades, com os servidores, com os vereadores. Posso dizer que pessoalmente participei, no mínimo, de uma reunião com cada bancada – com algumas bancadas nós participamos mais de uma vez, duas, três vezes –, e essa não foi uma posição... A chegada final desse processo foi fruto disso. Nós chegamos ao projeto que praticamente copiava a lei federal, a Emenda nº 103; depois veio uma emenda que deu uma grande suavizada; depois veio uma subemenda também que caminhou nessa direção.

Por último, eu quero – e aqui faço questão de registrar publicamente – agradecer a todos os vereadores, especialmente, os quatro vereadores que construíram esse primeiro turno, mas respeitaram também os vereadores que se posicionaram diferente, a democracia é isso. Mas quero dizer que o Ver. Airto Ferronato – nesse grupo de diálogo e construção, também quero ratificar aqui –, que disse isso na tribuna, nós havíamos construído na subemenda uma série de questões, digamos assim, de abrandamentos e, nessa conversa, nós também assumimos o compromisso de começar com as pensões com 60%, correto? Eu tenho ouvido, por aqui, por acolá: “Olha, por esse acordo, vocês aprovam o PELO, portanto, daqui um pouco, não aprovam as alíquotas que estão combinadas”. Eu quero me dirigir, especialmente aos vereadores que não conviveram comigo, mas acho que me conhecem muito bem nosso estilo: no dia em que, para mim, faltar a palavra na política,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

terminou a política. Eu quero dizer aqui que tudo que foi construído com as entidades e com os vereadores, na emenda, na subemenda, e também os avanços construídos pelo Ver. Aírto Ferronato, serão materializados na emenda sobre essa lei. Faço questão de que essa emenda circule por todas as entidades, secretário, que elas possam ser abonadas por todos os vereadores que construíram e por todas as entidades que construíram. Desnecessário até seria, mas para dar muita transparência, muita tranquilidade, então, o nosso limite das nossas alíquotas será 14%. A nossa emenda constitucional diz que nas previdências que têm déficit, você pode cobrar a partir de um salário mínimo, nós construímos uma lógica de dois salários mínimos. Depois o Ferronato conversou longamente comigo, nós estamos aqui, depois o Rodrigo Machado vai fazer uma demonstração de quantos servidores hoje já contribuem, como inativos, quantos não contribuem, quantos contribuem até os dois salários mínimos, acho que tem uma faixa de 10%, 12% que continuam não contribuindo, depois tem uma faixa de três salários. Acho que tudo isso tem que ficar muito claro, socializado, mas eu posso afirmar para vocês que eu tenho examinado aqui todas as reformas. Seja dos nossos vizinhos de Gravataí, seja das capitais brasileiras, seja da Bahia, seja de Belo Horizonte, seja de Fortaleza, e a nossa reforma foi a reforma mais construída, mais elaborada, porque nós somos assim. Nós somos pessoas que debatemos, construímos, dialogamos. Então, finalizo aqui dizendo o seguinte: cumprimentos a cada um por essa construção, e nós vamos, rigorosamente, traduzir nas alíquotas aquilo que nós construímos nesta Mesa – ela não estava nesta posição –, com muitos vereadores, com muitas entidades e, depois, com a construção final do Ver. Aírto Ferronato. Portanto, não há dúvida de que os servidores que eu tenho procurado, tenho falado, eles compreenderam que era melhor ter uma transição de pedágio, por exemplo, quem tem cinco anos para trabalhar, vai trabalhar dois e meio, vai pagar 14%, e não vai pagar uma alíquota de 22%. Então, eu acho que essa construção foi o possível.

Eu finalizo dizendo o seguinte: a reforma da previdência, para mim, respeitando quem pensa diferente, e respeito profundamente quem pensa diferente, ela tem três pilares básicos: ela faz justiça previdenciária, porque, a partir de agora, todos os porto-alegrenses vão aposentar aos 65 anos, sejam do serviço público, privado, funcionários federais, estaduais; mulheres, com 62 anos, a partir de agora – portanto, a partir de agora, se for

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

aprovada em segundo turno. Segundo, ela vai trazer um equilíbrio para a previdência, senão, nós íamos, ali na frente, ninguém pagar ninguém – portanto, daqui a 10 anos, você não teria como pagar as aposentadorias.

Por final, eu quero também dizer, especialmente aos vereadores que convivo no dia a dia: cada centavo que nós conseguirmos economizar da previdência, eu vou dividir com a Câmara de Vereadores a responsabilidade de suprir os que mais precisam. Vejam o seguinte, com a chuva, há três dias, muitos vereadores me acessaram, dizendo: “Melo, lá tem alagamento”. É verdade, seja na Ponta Grossa, seja no Sarandi, seja no Humaitá, muitas famílias desabrigadas, muitas famílias, muitas mães que precisam de creches. Eu poderia fazer um rol de 30, 40 questões que são muito latentes. Eu quero dizer que esse dinheiro – que a gente vai economizar um pouquinho com a previdência – vai ser destinado a essas causas.

Muito obrigado, boa reunião. Eu estou ali, estou aqui e vou participar de todo o debate aqui. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, prefeito. Com a palavra o Sr. Rodrigo Machado Costa, diretor-geral do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre – Previmpa.

**SR. RODRIGO MACHADO COSTA:** Boa noite, Presidente Márcio, vereadores, secretários, colegas aqui presentes, colegas municipais, porto-alegrenses que também estão conosco nesta audiência pública; nós encaminhamos para o nosso colega Luiz Afonso, Diretor Legislativo, uma apresentação, se puder compartilhar, nós vamos entrar nas questões que envolvem o objeto desta audiência pública, que é o PLCE nº 018/20, com alguns dados e também alguns comparativos de como ele estava, originalmente, como ele está agora com a emenda e como ele vai ficar em relação ao acordo firmado entre governo, vereadores e entidades.

(Procede-se à apresentação.)

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

**SR. RODRIGO MACHADO COSTA:** O objetivo de PLCE nº 018/20, originalmente, traz algumas questões. Esses são os três principais objetivos. Primeiro, uma atualização da Lei Complementar nº 478 de 2002, quanto à legislação que já é aplicada no âmbito do Município, principalmente no que envolve as aposentadorias por invalidez; as regras gerais de aposentadoria e as regras de transição espelhadas, que espelham o que estaria que estaria no PELO nº 002/20, originalmente, e além da fórmula de cálculo e pagamento dos benefícios previdenciários, aposentadoria e pensão. Também alteração da Lei Complementar nº 505 de 2004, que é a lei que rege as alíquotas previdenciárias.

Esse primeiro ponto da atualização da Lei Complementar nº 478 altera basicamente a Seção I da Lei Complementar nº 478 nos itens que falam dos acidentes em serviço, da moléstia profissional e da doença grave. Primeiramente traz os documentos que caracterizam o acidente de trabalho em percurso, porque isso não estava bem regulamentado, então está trazendo isso, quais são os quesitos, quais são os documentos que o servidor deve apresentar para se enquadrar nessa situação, do acidente em serviço; atualiza a redação do art. 32 quando à doença profissional, aí também é uma legislação que já vem sendo aplicada; e atualiza também o conceito da doença de trabalho. Também trata da aposentadoria por invalidez; pela Emenda Constitucional nº 103, muda esse nome, deixa de ser aposentadoria por invalidez e passa a ser aposentadoria por incapacidade permanente. Basicamente estabelece os prazos mínimos para que o servidor fique em afastamento, depois passa por uma avaliação de junta médica para que seja constituída e concedida a aposentadoria nessa categoria, e, a partir de 24 meses, em licença pela junta médica, ele passa a poder ser inativado por essa incapacidade permanente.

Na Subseção II da Lei Complementar nº 478 regulamenta os quesitos que seriam aprovados no PELO nº 002, originalmente, com as regras gerais de aposentadoria, traz a questão do abono de permanência para as aposentadorias, nos termos da regra geral e das regras de transição, que é pontuação ou pedágio, e replica as regras de transição que constavam lá no PELO nº 002 original.

Em relação aos cálculos dos proventos, o PLCE nº 018 originalmente trazia, para quem entrou após 31 de dezembro de 2003, o cálculo dos proventos pela média de cem por cento do período contributivo, ou seja, não excluía nenhuma parte da vida contributiva do servidor,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

o que aumentaria o impacto e reduziria os proventos do servidor, porque pegaria toda a vida contributiva, sem nenhum tipo de exclusão. O cálculo dos proventos para os novos servidores é de 60% dessa média mais 2% para cada ano, que seriam os 20 anos de contribuição. Aí também os cálculos da pensão, que originalmente eram uma cota familiar de 50%, mais 10% por dependente, até o limite de cem por cento, ou seja, uma viúva teria a cota familiar de 50% mais 10%, pelo projeto original – viúva ou viúvo. Regulamenta os casos de acúmulo de benefícios, que também são tratados hoje através da Emenda Constitucional nº 103 – na prática eles já têm efeitos, mas a gente está trazendo também esses efeitos para a regulamentação da lei municipal.

A alteração na Lei Complementar nº 505, onde eram estabelecidas oito faixas de contribuição para os servidores ativos, ou seja, ficava a alíquota de 14% como alíquota básica, mas aí havia reduções e acréscimos e esse intervalo ia de 7,5% a 22%; ou seja, a partir de três salários mínimos, em torno de R\$ 3 mil, o servidor ativo, inativo e pensionista já passava a contribuir com 14%, depois 14,5%, depois 19% e 22%. E aplica-se a alíquota progressiva também aos inativos, isentando os inativos até um salário mínimo, ou seja, a partir de um salário já passaria a contribuir com a previdência.

Como ficou o PLCE, como ele vai ficar através do acordo? Hoje, a Emenda nº 01, que está protocolada, vai ser retirada para que seja incluída a emenda fruto do acordo com as associações que se dispuseram a debater mais os vereadores que ajudaram a construir esse acordo. Em relação às alíquotas que eram progressivas e cobrança a partir de um salário mínimo para os servidores inativos, a emenda, como está hoje, coloca duas alíquotas, a alíquota de 14% e de 22% – 22% acima daquilo que excede o teto do INSS, tanto para o servidor ativo como para o inativo –, e o servidor inativo passa a contribuir com 14% a partir de um salário mínimo. No acordo, nós temos a manutenção da alíquota de 14% para todos os servidores como ela é hoje, para os servidores ativos; os servidores inativos terão uma isenção de dois salários mínimos e, a partir de dois salários mínimos, passam a contribuir. Isso também é um ganho do acordo, onde aumenta a isenção para dois salários mínimos e passam a contribuir a partir do que exceder esses dois salários mínimos.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

O abono de permanência, que antes era tratado na lei complementar, se for aprovado pelo PELO nº 002 em segundo turno ele deixa de estar na lei complementar e passa a vigorar na Lei Orgânica. Essa também foi uma das reivindicações das associações, e foi atendida já na Emenda nº 01 ao PELO nº 002, mas, uma vez não aprovado o PELO, a Emenda nº 02 do PLCE nº 018 estabelece que o abono de permanência será estendido somente aos servidores que ingressaram até 31-12-2003. Quem ingressou a partir de 2003 não teria direito ao abono permanência. Com o acordo, sai da lei complementar e fica na Lei Orgânica, o que traz a lógica de trazer mais segurança ao servidor, tendo em vista o voto qualificado de dois terços da Câmara para que seja alterada a Lei Orgânica do Município. No cálculo dos proventos: a emenda mantém o cálculo sobre cem por cento da média contributiva dos servidores. No acordo houve uma alteração bastante interessante, porque a média passa a ser o cálculo do provento, a integralidade da média das 90% melhores contribuições; ou seja, se exclui 10% das piores contribuições, então, hipoteticamente, se um servidor tem 100 contribuições, ele vai tirar as 10 piores contribuições e ficam as 90 melhores, o que vai elevar a média do seu provento, porque são excluídas aquelas contribuições que reduziriam essa média para a base de cálculo dos proventos.

Também mantém a integralidade e paridade para quem ingressou até 31-12-2003, e com as idades mínimas negociadas na Emenda nº 01 e na Subemenda nº 02 do PELO nº 002, lembrando que, pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, o servidor teria que ter, se mulher, 62 anos, e 65 para sair com a integralidade e paridade. Aqui vai poder sair até com 58 anos, dependendo de quando ingressou, dependendo da regra do pedágio – mulher 55 e homem 58, na verdade, pela regra do pedágio.

O cálculo das pensões. Na Emenda nº 02, que está protocolada, fica igual ao PLCE original, ou seja, uma cota familiar de 50% mais 10%. Reforçando: essa emenda vai ser retirada tão logo seja aprovado o PELO, e entra a emenda do acordo, com uma cota familiar de 60%, mais a cota por dependente de 10%. Então o viúvo ou a viúva ficaria com uma cota familiar de 60% mais 10%, ou seja, arrancaria com 70%; e se tiver dependentes, vai sendo acrescido até o limite do salário do servidor, que seriam os cem por cento.

Reforçando que as garantias que o PELO traz, principalmente com relação às regras de transição, permitem que o servidor tenha mais segurança na aplicação dessas regras, por

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

quê? Porque está em Lei Orgânica, a lei constitucional do Município de Porto Alegre, que requer, para qualquer alteração posterior, o voto qualificado, ou seja, de dois terços dos vereadores, o que não é tão simples assim, como podemos ver na prática, agora. Então, tudo que estiver na Lei Orgânica é uma garantia a mais para todos os servidores. Acho que, de forma geral, é isso, a gente fica à disposição. Agradeço ao Presidente Márcio Bins Ely e aos demais.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, agradecemos as palavras do Rodrigo. Pergunto se o secretário Fantinel também vai fazer uso da palavra?

**SR. RODRIGO FANTINEL:** Boa noite, Presidente, boa noite a todos os vereadores, demais servidores e colegas que estão nos acompanhando. Eu só gostaria de fazer uma saudação inicial, acho que o Rodrigo e o prefeito já esclareceram todos os pontos. Então a gente fica à disposição para escutar e depois esclarecer eventuais dúvidas e considerações finais.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, secretário. Secretário Cassio Trogildo, alguma consideração?

**SR. CASSIO TROGILDO:** Uma saudação, Presidente, boa noite a V. Exa., a todos os vereadores e a todos que acompanham essa audiência pública, e também ficamos aqui à disposição para esclarecimentos após as manifestações.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, secretário Cassio. Inicialmente, o diretor legislativo nos informa que falará, por parte das entidades, o Presidente do Conselho de Administração, o Todeschini, por 10 minutos; depois o Alexandre Abreu, diretor-geral do Simpa, por cinco minutos e o João Ezequiel, diretor-geral do Simpa, por cinco minutos. Seria isso, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim. Registramos a presença do Ver. Moisés Barboza.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Edmilson Todeschini, Presidente do Conselho de Administração do Previmpa, está com a palavra.

**SR. EDMILSON TODESCHINI:** Boa noite, inicialmente, eu quero cumprimentar o Ver. Márcio Bins Ely, Presidente da Câmara Municipal; Luiz Afonso, diretor legislativo; Alexandre Dias Abreu, diretor do Simpa, e na pessoa do Alexandre, quero cumprimentar todos os demais diretores e integrantes das entidades de classes aqui presentes. Boa noite aos integrantes do governo municipal; boa noite aos municipais e ao público em geral. Eu falo pelo Conselho de Administração do Previmpa, órgão superior de deliberação colegiada da autarquia. O Conselho é chamado de Conselho Deliberativo por força da Lei Federal nº 9.717 de 1997, e também tem esse atributo por força da Constituição Federal. Com a Lei Orgânica não é diferente, porque ela atribui aos conselhos em geral, e, dentre os quais, ao Conselho do Previmpa o caráter deliberativo. Então, por mais que seja incômodo, em algumas ocasiões, para quem não gosta de democracia, o Conselho é deliberativo, sim, e ele exige, ele está reivindicando que suas deliberações sejam respeitadas, enquanto integrante do processo democrático do Município de Porto Alegre. O nosso Conselho, Conselho de Administração ou Conselho Deliberativo, como trata a Lei Federal, já analisou o PLCE nº 18, juntamente com o PELO nº 002, em 2020, na redação original, e a redação original nada mais era do que a literal cópia das regras estabelecidas para os servidores federais. Ao elaborar tanto pela versão original, quanto o PLCE em sua versão original, o governo municipal de Porto Alegre, em 2020, deixou de exercitar a autonomia que lhe foi delegada pela Emenda Constitucional nº 103. E a Emenda Constitucional nº 103 atribui autonomia aos municípios para fixarem as regras para a Previdência. Mas ela não atribui uma autonomia absoluta, ilimitada, desfundamentada. Não. Ela atribuiu uma autonomia vinculada a elementos técnicos de equilíbrio atuarial. Portanto, o município pode e deve, seja de Porto Alegre, seja qualquer outro município, fixar as regras; todavia, há um limite técnico a essa fixação de regra, que é o limite do equilíbrio. Não há qualquer suporte constitucional a motivar a fixação de regras do regime próprio de previdência para qualquer finalidade diversa, que não seja o equilíbrio atuarial. E na audiência pública anterior, que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

foi no dia 11 de março, do corrente ano, nesse mesmo horário e por esse mesmo mecanismo eletrônico, nós discutimos o PELO, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica. E, na ocasião, nós alertamos que havia uma série de atropelos, sejam procedimentais, sejam de falta de fundamentação. E nós alertamos isso, naquela ocasião, o que acabou gerando uma série de polêmicas e discussões; agora teremos a aprovação de um PELO parcialmente diferente, mas objeto dessa audiência pública. Portanto, vamos tratar de outro projeto. Eu falava há pouco da autonomia conferida pela Emenda nº 103. Pois bem, em 1998, há 22 anos, quase 23, a Emenda nº 20 inseriu na Constituição um grande elemento, que alterou toda a estrutura das previdências próprias. Qual foi o elemento da Emenda nº 20/98? O elemento do equilíbrio atuarial, e ele ganhou bastante força com a Emenda nº 103, porque a Emenda nº 103 o repetiu reiteradas vezes, o equilíbrio atuarial para fixação de idade, equilíbrio atuarial para estabelecer alíquotas, equilíbrio atuarial para tributar ou não os inativos, abaixo do valor do teto do INSS, que hoje está em R\$ 6.423,57. Pois bem, permanece a inobservância do parâmetro constitucional do equilíbrio atuarial. E essa inobservância que permanece já foi alertada recentemente pela Procuradoria da Casa, deste Legislativo. A Procuradoria-Geral da Câmara recentemente emitiu um parecer apontando o vício no Projeto, em razão da inobservância do equilíbrio atuarial, que deve ser fundamentada em cálculos e demonstrativos técnicos. O equilíbrio atuarial realmente existe, e quando ele existe, não há qualquer motivo para majorar idade de aposentadoria, nem para majorar alíquotas, nem para reduzir o cálculo de pensões e de proventos de aposentadoria. Esse equilíbrio atuarial existe sim, por quê? Porque é uma segregação de massa estabelecida, quando da criação do Previmpa, em setembro de 2001. Na ocasião, e eu participei dos estudos que resultaram na criação do Previmpa, o primeiro cálculo atuarial foi feito pela Caixa Seguros, em maio de 2001, que apontou uma dívida do município para com a previdência dos servidores, decorrente da não constituição de fundo prévio, num montante de R\$ 2.954 bilhões. Esse valor, se for corrigido para hoje, pelo IPCA, com meio por cento de juros ao mês... Imagina quem empresta por meio por cento? Se o município devesse para a previdência, para o regime geral para o INSS, jamais cobraria isso. Mas, os R\$ 2,954 bilhões atualizados pelo IPCA, com meio por cento de juro, composto, atingiriam hoje R\$ 32.855.571.803,00 e, se for pelo IGPM, atingiriam R\$

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

52.466.166,151,69. Pois bem, essa dívida histórica que o município está pagando e que não compete aos servidores pagá-la. Os servidores são credores da Previdência, eles não são devedores; e o que visa essa lógica propagada pelo governo municipal, transformar os credores da Previdência, que somos nós, servidores, quadro geral de servidores efetivos em devedores da Previdência, e atribuir a nós, servidores, uma dívida que compete ao município pagar.

Eu queria apontar dois vícios muito sérios aqui, no projeto, no PLCE. O primeiro vício muito sério, é o conceito de remuneração para fins previdenciários. É um conceito que não contempla a integralidade da remuneração do servidor, os servidores serão tributados sobre a totalidade remuneratória, no entanto, as gratificações de produtividade e de local de trabalho não estão contemplados - é um vício. E um outro vício, também muito sério, eu quero dizer que é o rebaixamento definitivo. Nós somos únicos, são os principais, e, como o tempo é curto, eu vou me ater a dois, o rebaixamento definitivo do valor de isenção para fins de tributação previdenciária para dois salários mínimos. A emenda constitucional que deve ser observada diz que, quando houver déficit, o Município, o regime próprio poderá tributar proventos e pensões no que seria no salário mínimo - quando houver déficit. É uma autorização temporária e vinculada à existência de déficit; todavia, não é déficit, por quê? Porque o Município não está fazendo o que deveria. A construção, para chegar à conclusão de déficit, é uma construção que tenta desconsiderar a dívida histórica assumida pelo Município quando da criação do Previmpa e da segregação de massas. Eram alguns apontamentos que eu tinha a colocar, como o tempo é curto e tenho de dividir com o meu colega Alexandre Abreu, eu passo a palavra a ele. Muito obrigado.

**SR. ALEXANDRE DIAS ABREU:** Boa noite, Presidente; boa noite, Edmilson Todeschini, presidente do Conselho Deliberativo do Previmpa; João Ezequiel, meu colega de direção; representantes do governo, municipais que acompanham esta audiência pública e todos os que, de alguma forma, estão acompanhando também esta audiência - os porto-alegrenses. Eu gostaria de começar a minha fala dizendo que o prefeito tenta sempre vender a ideia de que ele é um cara do diálogo, mas não é verdade. Ele não veio para o debate com o Simpa, ele teve uma primeira conversa com o Simpa e, quando nós

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

apresentamos a nossa posição, ele não veio discutir e tentar construir um debate conosco em cima de dados técnicos, em cima de elementos que fundamentassem todas essas questões agora há pouco salientadas pelo procurador Edmilson Todeschini. O prefeito diz que a palavra é vital para o homem, mas o prefeito disse que não privatizaria a Carris; está privatizando a Carris. O prefeito, durante a campanha, esteve num ambiente com colegas da Guarda Municipal e disse que não atacaria direitos dos servidores municipais, junto com o seu vice; o que eles estão fazendo? Atacando direitos dos servidores. Até agora não teve qualquer discussão sobre a nossa data-base; enfim, o prefeito diz uma coisa e faz outra. Não há, e aí eu quero entrar no aspecto, não há necessidade desta reforma, porque como foi dito aqui pelo Edmilson Todeschini, a Emenda Constitucional nº 103, ela possibilitou que os governos municipais e estaduais pudessem definir itens de uma reforma previdenciária, mas tudo teria que estar sustentado em dados técnicos viabilizados a partir de um cálculo atuarial. Não tem esse cálculo atuarial. E mais, eu quero colocar que o governo manipula os números da previdência. Sim, manipula! Por quê? A previdência é atuarialmente superavitária em R\$ 416,5 milhões de acordo com relatórios oficiais, não são números que eu estou jogando para cima. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio financeiro do Previmpa era de R\$ 3,143 bilhões, e projeta-se um saldo financeiro de R\$ 6,358 bilhões no final desta década; com valores do dia de hoje; fazendo correção, certamente, seria bem maior esse valor. Portanto, concordo com o que apontou o Edmilson Todeschini, não há déficit como o governo diz, há, sim, uma dívida da Prefeitura para cobrir o sistema de repartição simples, e o governo faz uma proposta que tenta implementar uma situação para tanto o regime capitalizado como o regime de repartição simples. Somos sabedores que o regime de repartição simples em 2030, ele começa a reduzir e, chegando em 2045, uma queda vertiginosa, mas ele quer fazer uma reforma para todo o sempre e sendo muito duro principalmente com quem ganha menos. Aliás, eu quero dizer o seguinte, que esse acordo que está sendo apresentado aqui como uma grande construção, ele penaliza quem ganha menos e suaviza quem ganha mais. É isso que acontece. Penaliza, por quê? Porque hoje está previsto que quem desconta, quem está no teto da previdência, acima do teto da previdência, que é de R\$ 6.433,00, aposentado e pensionista, eles contribuem acima de R\$ 6.433,00. Com esse acordo, a partir de agora, quem ganha mais de dois salários

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

mínimos vai começar a contribuir, que antes era isento, para poder facilitar que quem ganha mais não seja majorado. Mas espera aí, Robin Hood às inversas? Não dá! É prejuízo para o servidor e para a servidora que estão nos ouvindo aqui. Eles estão penalizando quem ganha menos para não penalizar ou para não ser mais justo com quem ganha mais. E eu quero dizer o seguinte, o gasto da Prefeitura com o pessoal mais previdência hoje está na casa de 41,81%, sendo que o limite responsabilidade fiscal aponta a possibilidade de até 54%. Eu quero finalizar a minha fala, antes de passar para o meu colega João Ezequiel, para dizer que a Prefeitura, ela poderia, se ela fala que o problema dela é de caixa, que é esse o argumento dela, cobrar os sonegadores. Ela não cobra os sonegadores e quer cobrar... Entre os cem maiores devedores para a Prefeitura de IPTU e ISS estão vários empreendimentos imobiliários, inclusive, o ex-jogador Ronaldinho Gaúcho, pouco dinheiro ele tem, mas nós temos que contribuir no lugar dele. Essa é a proposta do governo. Passo a palavra para o meu colega João Ezequiel.

**SR. JOÃO EZEQUIEL DA SILVA:** Obrigado, Alexandre. Quero aqui dar um boa-noite ao Presidente da Câmara, Márcio Bins Ely, às vereadoras e aos vereadores, a todos que nos assistem, aos colegas que estão aí na luta contra essa nefasta reforma da Previdência municipal. Na figura do Pedro Ruas, quero agradecer a toda a oposição - o PSOL, o PT, o PCdoB -, agradecer também ao PDT, que estão na luta contra toda essa reforma da previdência municipal. Eu quero aqui também, Ruas, agradecer à Astec, ATEMPA, ASHPS, ASSMS, Asserpv, ASEAD, e à AGMPA. Essas associações, junto com o Simpa, representam a totalidade da categoria de municipais e municipais de Porto Alegre. E todas elas e o Simpa estão contra, tanto o PELO nº 002/20 como o PLCE nº 018/20. E por quê? Por que nós somos contra? Já colocou aqui muito bem, quero agradecer também ao CAD, que, de forma coerente, de forma técnica aponta que esta reforma, seja o PELO, seja o PLCE nº 018, não é necessária. Esta reforma, vereadores, Ver. Cassiá, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, demais vereadores da base aliada, Ver. Cecchim, esta reforma está tirando o pão da mesa de aposentados, pensionistas, servidoras e servidores da ativa. É isso que esta reforma está fazendo. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, complementando os dados do meu companheiro Alexandre, diretor também do Simpa, a Prefeitura, nos primeiros cinco meses,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

ela já teve uma arrecadação 5% superior ao ano de 2020, e nós estamos recém no meio do ano. São R\$ 199 milhões a mais do que o ano passado. A Prefeitura aportou nesses meses, comparativamente com o ano passado, R\$ 8,6 milhões a menos na folha de pagamento. Como já bem colocou aqui o Alexandre, hoje a Prefeitura gasta, aporta 41,81%; muito, muito distante dos 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os servidores e as servidoras municipais de Porto Alegre - é uma vergonha esta base aliada do governo, uma vergonha, governo Melo - os servidores estão no seu quinto ano sem reposição inflacionária, estão no seu quinto ano sem o pagamento das progressões, gente! Progressões que nós ganhamos legitimamente, legalmente, o governo não paga. Os servidores tiveram o aumento da sua alíquota de 11 para 14%. Ora, gente! Estão aqui as perdas, são 23,72% só pelos governos não reporem a inflação, não estou falando de aumento salarial, estou falando de reposição inflacionária. Nesse bojo todo de ataques, quando foi mudada também a sua carreira, nós não temos nem mais o triênio, que virou quinquênio, e diminuiu de 5% para 3%. Aí vem o governo Melo, o governo do diálogo: "Eu vou aplicar em vocês uma reforma da previdência municipal, porque a minha dívida, a dívida da Prefeitura quem vai pagar vão ser as servidoras e os servidores municipais de Porto Alegre". Ora, gente; ora, por favor! Ainda vem o Rodrigo Machado Costa, Rodrigo, que vergonha! Foi presidente da ASHPS e ainda vem aqui querendo nos enrolar, querendo fazer acreditar que essa reforma é necessária. Rodrigo, ao contrário do que dizem os negacionistas, o mundo gira, e tu vais voltar para o HPS. Quando tu voltares para o HPS, tu vais voltar de cabeça baixa perante os teus colegas, porque tu és um dos responsáveis por esse ataque brutal a essa categoria. E a base aliada e os vereadores que estão aprovando o PELO e que ainda vêm com essa chantagem nos mostrar o PLCE nº 018, que ataca igualmente os trabalhadores e as trabalhadoras municipais, ora, gente, isso tudo é uma grande covardia. Eu ia me deter aos dados e falei de muitos dados aqui, mas o Todeschini e o Alexandre trouxeram os dados concretos. Esse governo não respeitou o Conselho de Administração do Previmpa, que traz aqui, de forma muito concreta, que não há déficit previdenciário. A Prefeitura de Porto Alegre deve à previdência. Já estão aí os cálculos, o Todeschini apresentou para nós. Se for botar o IPCA, que é o justo, a Prefeitura deve cerca de R\$ 30 bilhões para o sistema previdenciário municipal. Esta dívida, Melo,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

prefeito Melo, o prefeito do diálogo quer passar essa dívida para as servidoras e os servidores municipais. Isso tudo é uma grande covardia, isso é uma grande vergonha, e nós, do Simpa, e essas associações, bravas associações que não se renderam, nós vamos seguir na luta para derrotar tanto o PELO quanto este PLCE nº 018. É isso, colegas que estão nos assistindo, não caiam nessa ladainha. Os prejuízos serão grandes sim com esse PELO, mesmo com esse suposto acordo que estão colocando aí. Muito obrigado, vamos à luta, o governo está errado com essa reforma. Nós temos que combater essa reforma e não aceitar um acordo que tira da mesa de pensionistas, tira da mesa de aposentados, tira da mesa de servidoras e servidores da ativa. Uma grande vergonha essa reforma, e nós vamos lutar contra ela. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ezequiel; obrigado, Alexandre; obrigado, Todeschini. A Sra. Lizia Mota, do Simers, está com a palavra.

**SRA. LIZIA MARIA MEIRELLES MOTA:** Boa noite a todos, eu represento o Sindicato Médico, sou servidora do Hospital Presidente Vargas e servidora do Previmpa, chefo a unidade médico-pericial do Previmpa. Estou aqui representando em torno de mil médicos. Nós temos 1.500 médicos municipais, entre ativos e inativos; 1.080 ativos e 422 inativos; desses, um total de 996 sindicalizados. A minha fala é específica em relação ao PLCE nº 018, no art. 36, § 2º, inc. II, e no § 3º, que versam sobre aposentadoria especial. A minha fala é no sentido de que esses dois artigos devam ser suprimidos, porque eles vêm em prejuízo aos servidores em grandes contingentes, não só os servidores da saúde, mas os servidores do DMLU, do DMAE, os servidores motoristas, os garis, os servidores de todas as categorias que laboram sob condições especiais, expostos a ruídos, a risco biológico, a condições de risco químico, risco físico. É um grande contingente de servidores que, no caso da implementação desse art. 36, terão vedada a aposentadoria especial por categoria. Existe uma vedação ali por categoria profissional. Atualmente, a gente faz a análise, pelo menos, até o período de 1999. Bastou ser de determinada categoria para ter direito à aposentadoria especial. Por exemplo, enfermeiros têm direito à aposentadoria especial, médicos, garis, motoristas, enfim, alguns técnicos do DMAE, todos os expostos a condições

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

especiais de trabalho. O inc. II do § 2º, ele veda a caracterização por categoria profissional e também estabelece o limite mínimo de 60 anos de idade para a aposentadoria especial. Isso é inadmissível, nenhum servidor pode ficar mais de 25 anos exposto a um risco laboral e esperar para se aposentar com 60 anos. Isso tem que ser modificado, o “mínimo” tem que ser suprimido, isso não pode passar.

A segunda questão é no próprio art. 36, § 3º, absoluta inconstitucionalidade, vedando o tempo especial convertido em tempo comum. O Supremo Tribunal já legislou sobre isso, o tema 942 estabelece que é possível a qualquer servidor em condição especial converter o seu tempo especial em tempo comum. Pelo menos, até a Emenda Constitucional nº 103, de 3 de novembro de 2019. Isso é uma inconstitucionalidade, tem que ser imediatamente suprimido. Isso não pode ser aprovado, é uma inconstitucionalidade e, se for aprovado, vai demandar uma enxurrada de ações junto ao Supremo, porque é inconstitucional. A minha fala é nesse sentido, acho que esse tema não foi abordado, que eu saiba, por nenhuma associação, e é absolutamente prejudicial legislar sobre aposentadoria especial nesse PLCE nº 018. A minha fala é específica nesse sentido. Eu agradeço a oportunidade da fala e devolvo ao Presidente Márcio o comando da audiência. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Lizia. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu quero cumprimentar o Alexandre, o João Ezequiel, os nossos diretores do Simpa; cumprimentar as vereadoras e os vereadores presentes na pessoa da Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, que vejo daqui; o líder do governo, Ver. Idenir Cecchim; prefeito Melo, secretários, assessores e, fundamentalmente, as municipais e municipais que nos dão essa honra. Vejo também que estão conosco as deputadas Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon. João Ezequiel, me chamou atenção o seguinte: o presidente do Previmpa Rodrigo faz uma exposição e compara o projeto original ao que ficou depois das emendas. Duas coisas surgem daí imediatamente. A primeira: por que o presidente do Previmpa gostava do projeto original? Ele aprovou o projeto original. Então a questão das emendas, que ele apresenta como uma

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

superação muito positiva, mostra que ele estava redondamente enganado ao aprovar o PELO original. Segundo: é evidente que, com as emendas, isso é uma obviedade, o PELO fica atenuado, ele fica melhor, as emendas são melhores que o PELO, só que a realidade dos servidores, das servidoras, é muito melhor do que o PELO com as emendas. Ou seja, a situação em que eles estão hoje, isso o João Ezequiel, o Alexandre e o Todeschini deixaram muito claro, é uma situação que fica muito piorada a partir dessa aprovação, para servidoras e servidores, e pior, a falta de necessidade, esse é o grande dado. Eu apresento para vocês, por exemplo, o seguinte: Porto Alegre é uma das três cidades do Brasil onde os bancos não são isentos de pagar ISS; pois bem, aqui em Porto Alegre os bancos não estão pagando e não estão sendo cobrados. E aqui a isenção caiu em 1994, com uma lei minha. Em 1994. O que tem o Bradesco e o Itaú de especiais que não podem ser cobrados? Qual é o problema disso? Por outro lado, veja-se o seguinte: quando o prefeito fala em diálogo, basta observar que nenhuma emenda da oposição pôde sequer tramitar. Nós não tivemos as 12 assinaturas, nos foram negadas as 2 assinaturas – porque nós temos 10 vereadores na oposição – para sequer tramitar uma emenda. Quando foi dito aqui, João Ezequiel, pelo Alexandre Dias e por ti, e muito bem dito, que aqueles servidores de baixa renda que não eram descontados passarão a ser, e aqueles de altíssima renda terão a mesma situação; ora, por óbvio, se se buscava justiça tributária, que aqueles que ganhassem mais de R\$ 20mil por mês, por exemplo, tivessem então aumento de alíquota, para que aqueles que ganham até seis salários mínimos não tivessem. Então, são obviedades que mostram que o governo deve ter buscado muitas coisas, mas não justiça tributária. Mas há um dado pior, quando eu falei antes, da questão do PELO e das emendas, me chama atenção que ocorreram duas chantagens, e eu digo aqui chantagens não no sentido criminoso ou pejorativo, e sim aquela forma de ameaçar para poder fazer passar. A primeira era o PELO, o próprio PELO era chantagem, aí surgiram as emendas para passar uma impressão de que atenuou, mas essas pessoas que apoiam agora o PELO com as emendas apoiavam também sem as emendas, é o caso do presidente do Previmpa e é o caso da Prefeitura, por ordem do Executivo Municipal, por óbvio. A segunda chantagem é ainda mais grotesca, porque motivou a audiência pública de hoje o PLCE nº 018, do então prefeito Marchezan, que ele chega aqui, eu disse isso na tribuna da Câmara,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

com o parecer da Procuradoria da Câmara Municipal, pela sua inconstitucionalidade. Ele é inconstitucional. Eu tomei a liberdade até de mandar para o Ver. Ferronato agora a cópia desse parecer da Procuradoria; ele é inconstitucional. Então o governo ameaçou, com uma faca de papel, porque aquilo ali não é nada, esse PLCE não é nada, ameaçou com esse PLCE para aprovar o PELO. Pode ter convencido alguns ingênuos, mas não a nós, porque esse PLCE jamais poderia passar na Câmara, e se passasse e fosse lei, seria derrubado em uma semana por uma ADIn. Portanto, fica aqui, Presidente, o nosso protesto com essa forma esdrúxula de aprovar, para dizer o mínimo, um projeto que é muito ruim para milhares de servidores que são a ponta do serviço público e que estímulo não terão nenhum para fazer um trabalho tão importante para todos nós, ainda mais em tempos de pandemia. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Sérgio Brum, da Astec, está com a palavra.

**SR. SÉRGIO BRUM:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo em nome da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre. Nós congregamos 1.072 técnicos de nível superior, engenheiros, arquitetos, economistas, advogados, médicos, várias especialidades, todas as especialidades, e quero dizer que a nossa associação não participou do chamado acordo, que, na minha visão, foi assinado por 500 servidores, que é o que representam as associações que assinaram esse acordo. Nós não assinamos, porque entendemos que não temos autorização de nossos associados para assinar um acordo que é muito prejudicial à categoria. E a gente tem que repetir o que já foi dito aqui pelo Alexandre, pelo Todeschini, pelo Ezequiel, o regime de capitalização... Nós temos dois regimes, um de capitalização e um de repartição simples, que o governo chama de regime financeiro. O regime de capitalização é superavitário – é superavitário, tem mais dinheiro do que precisa para pagar aposentadorias e pensões no futuro, isso de cálculo atuarial, não é simples opinião, simples chute, é cálculo atuarial. Então, se eu subir o tempo de serviço ou subir as contribuições, eu vou torná-lo mais superavitário ainda. O regime de repartição simples, em 2001 – e o prefeito Melo estava falando em palavra dada

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

–, pois o governo de 2001 deu a palavra que a responsabilidade pelo pagamento daqueles que ingressaram até 2001, pagamento de aposentadorias e pensões, que estava lá na Lei Orgânica que era do Município de Porto Alegre, seria honrado pela Prefeitura, que pagaria mensalmente o valor necessário a inteirar as aposentadorias e pensões destes. É uma dívida do povo de Porto Alegre para com os servidores que ingressaram até 2001, agora vem o prefeito Melo e quer dar um calote nessa dívida, e elegeu para pagar essa dívida aqueles que na realidade são credores, isso também já foi dito. Nós, servidores, somos credores, a Astec tem 40% de aposentados, todos ingressaram antes de 2001, boa parte dos associados na ativa ingressaram antes de 2001. São credores desse período, o governo tem que ser responsabilizar por pagar o que faltar depois de recolhidas as contribuições, o que falta para o pagamento de aposentadoria e pensões. Não há como o povo de Porto Alegre se furtar dessa dívida. Vem o Melo agora e quer jogar essa dívida nos servidores, e coloca o chamado bode na sala, ameaçando aumentar as contribuições para 22%, e aí, depois, diz que celebrou um acordo, e eu não sei que acordo é esse, que nem o sindicato da categoria foi consultado. Diz que celebrou um acordo... “Não, vai ficar agora em 14%, mas a partir de dois salários mínimos.” Ora, a maioria dos técnicos de nível superior do Município, aposentados ou na ativa, ficam na faixa de R\$ 10 mil, de R\$ 11 mil, para eles, pagar R\$ 700,00 a mais por mês significa renunciar, por exemplo, ao seu plano de saúde, porque a Prefeitura não dá plano de saúde; para os técnicos, ela oferece 10% no convênio da Verte. Os técnicos têm, a maioria, Unimed, um plano melhor, a Verte. O prefeito está tirando esse plano de saúde de aposentados, servidores e pensionistas, quando aumenta essa contribuição, porque começa a cobrar a partir de um salário mínimo, parece que com o propalado acordo a partir de dois. Mas isso não está no papel, a documentação que está lá na Câmara não tem nada disso que o Rodrigo mostrou aí. Acho que amanhã tem que mandar isso para a Câmara para sacramentar, se quiser dar curso a isso, porque não tem – o que tem lá é o PELO, o projeto original do governo com duas emendas que não contemplam isso aí. E aí vai punir os servidores, depois de cinco anos sem reajuste, depois de ter tirado avanço, adicional, etc.? Quer matar os servidores? Concluindo, Presidente, só quero dizer o seguinte: essa maioria aí, os 19 votos que o governo acha que tem na Câmara, eu apelo à consciência de cada um desses

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

vereadores. Isso não é um time de futebol em que o treinador diga “vamos para frente” a qualquer custo; isso é uma Câmara municipal integrada por cidadãos de bem, e eles têm que pensar no mal que estão fazendo, na injustiça que estão fazendo. Sejam justos, pratiquem o bem, não votem cegamente, o governo está errado e os senhores têm um compromisso com todos nós, servidores, e com o público de Porto Alegre, para votar de maneira consciente. Muito obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Importante que tenha esta audiência. Infelizmente, eu preferia, neste momento, estar discutindo outras coisas mais importantes para cidade, mas a gente está sendo surpreendido com esse projeto que, no mês passado, foi derrotado na Câmara – o governo não conseguiu o 24º voto –, e, na semana passada, fomos surpreendidos quando foi reapresentado. Então o governo conseguiu o 24º voto para votar o PELO 002, que está profundamente associado com o PLCE 018. Nós tivemos oportunidade de promover esse debate na CEDECONDH, onde estava o Rodrigo Costa, presidente do Previmpa, e aí a gente já apresentou, antes do PLCE 018, uma série de contradições no PELO 002. Inclusive solicitei para a Procuradoria da Mulher que se manifestasse em relação à brutal violência sobre as trabalhadoras municipais, quando penalizava as mulheres acrescentando sete anos de contribuição, ao passo que para os homens crescia cinco, e a presidente da Procuradoria da Mulher me disse que é assim mesmo, porque as mulheres são maioria, são 68%, quase 70% dos trabalhadores, então isso já é uma violência brutal, no momento em que as mulheres estão sendo penalizadas de todas as formas. E nós sabemos que a maioria das trabalhadoras municipais estão na saúde, na sala de aula, na educação, são essas as profissionais que estão sendo brutalmente penalizados. Também fiz um requerimento solicitando, ainda no mês de maio, o cálculo atuarial do PELO 002, para justificar, e está muito bem expresso na legislação, e também o próprio Rodrigo Fantinel, que foi presidente do Previmpa, ele havia solicitado em 2020 uma consultoria externa, que está andando. Por que o governo não espera o resultado desse cálculo para poder apresentar para nós, vereadores e vereadoras, para podermos nos posicionar com segurança? E também não apresenta o cálculo

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

atuarial sobre o impacto que vai dar esse acréscimo de sete anos de contribuição para as trabalhadoras mulheres e todas as reformas que ele está propondo? Qual é o impacto que vai ter sobre a previdência do Município? Não tem! Não tem um cálculo que justifique a reforma e não tem um cálculo que apresente o que vai melhorar a previdência com toda essa reforma. Aqui também a gente percebe um jogo, porque, na semana passada, foi aprovado em primeiro turno o PELO 002, hoje a gente está discutindo o PLCE 18, e as duas emendas, a 01 e a 02, foram votadas na semana passada. Então o que está se discutindo aqui? Para mim, continuam as ameaças e as chantagens: “Se não aprovarmos o PELO 002, vamos aprovar o PLCE 018”. Não existe PLCE 018 sem mexer na Lei Orgânica do Município, e para isso se precisa de 24 votos, então quando vem com esse discurso de dizer que foi redução de danos, não é verdade. A própria Procuradoria da Câmara diz que o PLCE é totalmente ilegal, inconstitucional, então como assim redução de danos? O PLCE 018 não ia nem para votação sem aprovar o PELO 002. Então isso a gente precisa ter muito presente para a gente não cair no engodo nesse discurso dessa redução de danos.

Para finalizar, vou ler só um parágrafo do parecer da Procuradoria do Município (Lê.): “A contribuição previdenciária, por força de sua natureza de tributo, subordina-se aos princípios constitucionais gerais de direito tributário e em especial aos princípios da correlação, da finalidade, do equilíbrio financeiro e atuarial.” Nós não temos nada que comprove isso, nós só sabemos que o Previmpa é superavitário, o equilíbrio financeiro e atuarial, e é vedado o confisco, que é o que o governo estava ameaçando, com uma alíquota de 22%, que já caracterizava confisco. “...e o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, de modo que a ausência de estudo a respeito nos autos deste Legislativo torna essa proposta inconstitucional.” Então o PLCE 018 é inconstitucional. E aproveitando de novo a presença do secretário da Fazenda e do prefeito, vou pedir que nos apresente um cálculo atuarial sério e atualizado, tanto da atual situação do Previmpa quanto do impacto da reforma proposta aqui pelos senhores. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Adelto está com a palavra.

**SR. ADELTO ROHR:** Boa noite, Presidente Márcio Bins Ely; em nome do Rodrigo, pelo Previmpa, eu cumprimento o governo, e em nome do Todeschini, nossos colegas municipais.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

Não sei se o prefeito está assistindo, mas eu gostaria que ele assistisse. Para que eu possa falar algumas verdades, eu tenho que dizer que o prefeito apresentou meias verdades. O governo não está trazendo os números que ele deveria trazer para justificar a reforma da Previdência. A aprovação do PELO, como disse a Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo agora, está justificada para concluir alteração do PLCE nº 018 para efetivar as reformas da previdência sem que todas as propostas apresentadas tenham uma justificativa baseada em cálculo atuarial para isso. E aí eu quero trazer algumas coisas, Rodrigo, diretor-geral do Previmpa, tu fizeste um comparativo entre a maldade e a meia maldade, o comparativo deveria ter sido feito com o que nós temos hoje e com que está sendo proposto fazer. E aí nós temos que olhar o que está sendo colocado agora, hoje, a pensão, por exemplo, até o teto do regime geral é 100% e 70% o que excede o teto do regime geral. As contribuições de aposentados e pensionistas só sobre os valores que excedem o teto do regime geral, isso é o que está hoje. O que eles estão propondo é começar a pagar a partir de dois salários mínimos, e o cálculo atuarial? O que a Emenda Constitucional nº 103 propôs não apareceu. Mas como? Que história é essa? Que negócio é esse? E eu quero retomar a fala do prefeito lá no início quando ele disse que ele manteve diálogo com a Câmara de Vereadores e diálogo com os municipais: prefeito, que diálogo é esse que o senhor faz com algumas associações? Essas associações, com as quais o senhor fez o diálogo, no máximo representam as suas categorias específicas. Pelo estatuto delas, elas não representam os municipais, não representam, quem representa os municipais é o Simpa e o Simpa não foi chamado ao diálogo. Não sei por quê. O senhor tem medo de fazer a discussão? Eu escrevi o artigo que saiu no jornal Sul21, prefeito, eu desafiei o senhor para fazer um debate público com a cidade para que a gente pudesse esclarecer os números e os dados, eu acho que é isso que nós estamos precisando fazer. O que nós temos que colocar é, quando as meias verdades aparecem, buscar algumas coisas que vieram dentro da justificativa do PLCE nº 018: o presente projeto visa harmonizar as regras de aposentadoria dos servidores municipais com os servidores públicos federais. É isso, o prefeito tinha que dizer: eu quero aplicar a reforma da Previdência do Bolsonaro nos municipais. Ele disse isso de forma muito camuflada, continuando a justificativa: vírgula, além de possibilitar a reversão do déficit histórico do regime capitalizado criado em 2001. Ora, prefeito, o regime capitalizado criado em 2001 é equilibrado, tem recursos suficientes para pagar as aposentadorias e pensões de todos os servidores, ele está equilibrado, mas em 2012 o primeiro

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

cálculo atuarial deu déficit e aprovaram, na Câmara, Ver. Márcio Bins Ely, a Lei Complementar nº 723/13 e que fez o seguinte: a alíquota doente de 22%, a partir de 2005 a Prefeitura contribuía 22% para o regime de repartição simples, que é a dívida, que é fluxo de caixa do governo, e colocaram que no regime capitalizado, a partir de 2013, por 34 anos, a Prefeitura vai contribuir com 18,969% e 5% de 75% de alíquota suplementar para sustentar o déficit. Ora, se a alíquota era 22, por que o regime capitalizado coloca uma alíquota de 18? Isso é para tirar dinheiro do Previmpa, justificar que tem déficit para jogar lá para frente. A dívida nós não temos que pagar. Para concluir, vereador, o tempo que a gente tem para fazer essa discussão é escasso, é muito escasso, e nós não conseguimos dizer tudo. A Câmara de Vereadores aprovou a previdência complementar do Município que o Simpa denunciou que era um fundo falido. Entrou um novo projeto agora para a Prefeitura aderir a um outro sistema de previdência complementar que é a continuidade da reforma da Previdência, e é isso que nós temos que discutir. Esta reforma está tratando de uma injustiça enorme com os servidores que contribuíram e que estão sendo lesados com esta reforma porque querem que eles contribuam com muito mais para que a Prefeitura se mantenha equilibrada e garanta fluxo de caixa. A previdência é discussão de gerações e ela tem que ser baseada em cálculo atuarial jamais em fluo de caixa. Isso nós não podemos aceitar e é por isso que o Melo tem medo de discutir, negociar com o Simpa porque o Simpa não aceita esses argumentos mal formatados sequer tecnicamente formais.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mirgon Kayser está com a palavra.

**VEREADOR MIRGON KAYSER (PT):** Boa noite Presidente Márcio; vereadores, vereadoras, deputadas que estão presentes, os servidores, as servidoras, os representantes da Prefeitura. Eu ouvi com muita atenção a apresentação, ouvi as falas que me antecederam, acho que nós estamos diante de uma brutalidade cometida contra os servidores. Na sessão de ontem eu fiquei muito preocupado, Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, com as razões pelas quais essa reforma está sendo feita. O líder do governo ontem na Câmara – eu fiquei na dúvida se foi um ato falho ou não, agora eu estou chegando às minhas conclusões aqui – comparou a reforma da Previdência com planos de previdência privada.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

Eu não tive a oportunidade de dialogar com ele essa questão no plenário, mas eu fiquei com isso na cabeça. Uma das coisas que ele disse foi que, e que é um sinal muito grave, se qualquer um vai procurar um banco, o banco vai fazer um cálculo. Bom, todo mundo sabe que o banco fazer um cálculo significa dizer que o banco vai calcular uma forma de obter o maior lucro possível sobre o trabalhador sem que ele rejeite a proposta. Não há problema em pensar em previdência privada como se fosse um produto, se for um produto privado ou um produto opcional, quer dizer, faz quem quer. Agora, em primeiro lugar, a previdência seja ela do funcionalismo, seja ela dos trabalhadores da iniciativa privada, não tem como objetivo obtenção de lucro, não é um negócio e não é uma coisa opcional, são previdências que têm objetivo de dar suporte econômico para que esse trabalhador e essa trabalhadora possam ter subsídios para a sua manutenção quando se aposentarem. Em segundo lugar, qualquer um que tem uma calculadora na mão sabe que previdência privada, via de regra, só não é pior negócio que um título de capitalização. Então, sob todos os aspectos, foi uma comparação terrível, quer dizer, o banco recolhe o dinheiro do trabalhador, aplica em modalidades econômicas de maior rentabilidade, paga uma fração para o trabalhador quando vence o contrato e fica com o lucro no bolso. Eu não sei se a lógica do governo municipal nessa proposta de reforma da Previdência é essa, gostaria de crer que não, mas os fatos apontam numa outra direção. Ouvindo principalmente a fala do Edmilson Todeschini no início, apresentando os dados de equilíbrio contábil da previdência, etc., parece que o líder do governo não cometeu um lapso na sua comparação, parece que, de fato, o governo enxerga, neste momento, o funcionalismo com possibilidade de fazer caixa, e se comporta, literalmente, como um banco, apresentando um plano de previdência privada obrigatório. Se nós temos um equilíbrio contábil, porque reformar a previdência? Se não é para equilibrar, é para fazer caixa, e isso não é admissível. Nós não estamos falando de marajás, nós estamos falando de trabalhadores e de trabalhadoras que ganham R\$ 3 mil, por exemplo. Um trabalhador que ganha R\$ 3 mil está preocupado com a luz que vai subir 50%, com a gasolina a R\$ 6,00, e como vai colocar comida na mesa da família - esse trabalhador vai perder R\$ 1,5 mil por ano, não porque a previdência precisa, porque a previdência é deficitária, mas porque o governo precisa tampar os rombos dos seus custos,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

e elegeu o seu bolso como fonte de financiamento. Isso não é admissível, e até o fim vamos lutar para derrubar esse projeto. Obrigado, Presidente!

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Roberto Manieri está com a palavra.

**SR. ROBERTO MANIERI:** Boa noite, Presidente, boa noite a todos os meus diretores do sindicato, que são meus representantes junto à Prefeitura, demais vereadores presentes, colegas todos. Eu quero me dirigir primeiramente ao prefeito que fala está aberto ao diálogo com os diretores, e até hoje ele não chamou ninguém da direção para conversar sobre o nosso dissídio, nossas perdas salariais - só quer fazer agora a reforma da Previdência, certo! Mesmo ele sabendo isso antes de assumir a Prefeitura, que tinha devedores, como já foi citado aqui, banco Itaú, Bradesco, a família Assis, entre outros que todos já sabem, inclusive o prefeito e seus secretários, sabem que tem outras pessoas a serem cobradas, antes que seja atingida a nossa categoria municipal, que é de trabalhadores que atendem a população de Porto Alegre, os enfermeiros, os médicos, que atendem a toda a população, os professores - eu trabalho no DMAE, atendo a população. Eu não devo pagar esta conta que não foi nós que fizemos. Então, eu quero pedir para o prefeito que encaminhe para a Câmara de Vereadores um projeto para cobrança desses grandes devedores, antes de atingir a categoria que vem trabalhando há anos em prol da cidade de Porto Alegre. Então, os vereadores que estão aí votando contra os funcionários públicos - nós, quando fizemos o concurso público... Eu estou há 30 e poucos anos no DMAE, quando entrei não fiz regra, eu entrei porque passei no concurso, e ali estou prestando meu serviço à população de Porto Alegre. Eu não prejudiquei prefeitos que vieram, que sucederam, o Sebastião Melo, o Marchezan, entre outros. O que eu quero dizer é que nós não devemos pagar essa conta. E uma outra coisa que quero dizer é que as associações que foram chamadas para conversar com o secretário e o prefeito Sebastião Melo não me representam, e elas, não me representando, não podem dizer qual prejuízo que vou ter ou benefício, porque quem me representa é o Simpa - este, sim, eu pago mensalidade para me representar, junto à Prefeitura; até hoje o Sebastião Melo não chamou para conversar sobre nossa reposição salarial. Outra coisa que eu quero deixar bem claro aqui também, o prefeito falou para o

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

Ver. Ferronato, que falou para mim, numa reunião que eu tive com ele e com outras pessoas, que se passar esse projeto da previdência, que ele não vai aumentar as alíquotas. Isso ele está dizendo da boca para fora, porque eu tenho certeza de que, se ele não colocar daqui a um, dois meses, ele coloca no ano que vem, porque ele precisa só de 19 votos, e já tem esses 19 votos. Esses vereadores, na verdade, querem fazer com os municípios é acabar com a nossa carreira - nós é que estamos lá, prestando serviço para a população. Eu, por exemplo, tenho participado dos movimentos, junto à Câmara de Vereadores, ouço vereadores, na tribuna, dizer que lá na rua tem uma cambada de vagabundo, que não tem o que fazer. Nós temos, sim, Srs. Vereadores, nós temos muito o que fazer, inclusive defender nossos direitos e da população de Porto Alegre, porque quem vai perder com essa reforma previdenciária é a população de Porto Alegre, que vai deixar de ser atendida bem, com tem sido atendida. Então, vereadores que estão ao lado do Sebastião Melo, lá pelo lado da rua, quando vocês chegam para trabalhar, ninguém vai impedir vocês de trabalhar. O que nós queremos é conversar, e ali não tem vagabundo, porque nós somos todos concursados. Então, para deixar isso bem claro. E só quem me representa é o sindicato. Então, pensem bem, vereadores, antes de subir à tribuna para falar que na rua tem vagabundo, porque lá na rua não tem nenhum vagabundo. E eu sou totalmente contra este projeto que está sendo colocado goela abaixo de alguns vereadores, para prejudicar a categoria municipal. Muito obrigado, Presidente; obrigado a todos os colegas. Simpa, representa-me.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Primeiro, quero trazer um abraço a todos e a todas, e dizer que – o pessoal sabe disso, saúdo nossos servidores e servidoras – desde 1989 eu estou na Câmara de Vereadores, e foi publicado pela imprensa, inclusive, há poucos dias. Eu tenho compromisso histórico com os servidores públicos. Aconteceu que nós tivemos uma divisão, maior ou menor, entre os servidores, temerários, pedem para votar sim, e outros servidores pedem para votar não. E a falha do processo - uma delas foi - o não entendimento entre os servidores. Isso eu acredito que foi um acontecimento que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

me trouxe uma dificuldade enorme. Eu estou recebendo xingamentos, ofensas, em grande quantidade, que dá para dizer que de traidor e traíra, chamam-me cem vezes por dia! E os outros adjetivos, eu me permito não falar, até porque eu acho que publicamente não dá para expressar o que estão dizendo para mim, minha esposa, meus filhos, a minha família, 32 anos trabalhando pela causa do serviço, do setor e dos servidores públicos. E nós temos ali uma questão que ninguém discute: a questão do PELO e da Lei Complementar. O PELO pode não ser aprovado, mas a Lei Complementar vai ser. Trabalhei na União por longos anos, lá tivemos uma reforma da Previdência que foi dura, em que as entidades entraram na justiça e perderam. Sou servidor do Estado e aqui, no Estado, tivemos a reforma da Previdência, também com 22%, as entidades ingressaram na justiça e também perderam. Quando aqui em Porto Alegre nós discutimos os 14%, naquela discussão, vimos que não houve negociação nenhuma, se dizia vamos votar “não”, votei “não”, ingressamos na justiça e perdemos. Aprovar a lei complementar, que ela pode, sim, ser aprovada sem aprovar o PELO, é um grande tiro no pé do servidor público, eu tenho dito isso, muitos dizem que eu estou certo, e outros me agridem e dizem que estou errado, eu respeito todos. Mas aprovar a lei complementar é perigosíssimo para o servidor, repito. E nosso problema está, com todo o respeito, aqui na Câmara, pois se tem os 19 votos para aprovar a Lei Complementar, já tem assinaturas de mais de 20. Eu acho que essa ideia da avaliação de cálculo atuarial é uma possibilidade que surge, acho que é uma possibilidade que pode surgir. Agora, eu acredito que houve, sim, um equívoco, uma penalização às mulheres de dois anos a mais, tentamos baixar e não conseguimos. Acredito e pedi – eu fiz um pedido há bem pouco tempo – de que, na verdade, é preciso aumentar o limite de isenção, porque esse limite tão baixo vai haver, sim, penalização para os menores salários – eu acho que sobre isso devemos pensar. Agora, dizer, como muitos dizem, que eu fui um traidor porque votei “sim”, não fui não, procurei ouvir gente que pede e imploram para votar “sim”, e outros que rogam para votar “não”. Então, eu sei que vou receber, agora, uma enxurrada de histórias, mas a minha votação foi consciente daquilo que compreendi. É muito perigoso deixarmos aprovar a reforma da Previdência apenas e tão somente pela Lei Complementar, e que a União perdeu, o Estado perdeu, e o Município tem grande chance de perder, sim. Muito obrigado pela atenção, estou respeitando e sempre respeitei posições contrárias. Um abraço a todos.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Elaine Rosner Silveira está com a palavra.

**SRA. ELAINE ROSNER SILVEIRA:** Boa noite. Eu queria falar o seguinte: em primeiro lugar, quando olhamos os dados oficiais da Prefeitura no *site*, ali está colocado que o gasto com o pessoal, hoje, da Prefeitura, tanto com os assalariados, quanto com os aposentados e pensionistas, está em 41% da receita da Prefeitura. Nunca esteve tão baixo o gasto da Prefeitura com aposentadorias, salários e pensões – esses são dados oficiais do *site* da Secretaria Municipal de Administração. Outro ponto também, no *site* da Prefeitura, dados oficiais da Prefeitura: a arrecadação este ano da Prefeitura foi maior do que o mesmo período do ano passado. Então, a gente tem várias informações que a gente fica se perguntando. Essa questão que foi colocada que precisa retirar das aposentadorias para fazer as obras da Prefeitura, ora, a gente sabe que, no governo anterior, veio verba do Ministério das Cidades para a Prefeitura fazer obras de drenagens das águas da chuva para não haver alagamento. Bem, o governo anterior não utilizou as verbas e as verbas retornaram para o Ministério das Cidades, ou seja, há uma verba lá que, inclusive, pode ser buscada pela Prefeitura para fazer essas obras, porque elas retornaram. Assim como veio verba do Ministério da Saúde para a Secretária Municipal de Saúde para utilizar nos serviços de saúde, a verba não foi utilizada, retornou para o Ministério da Saúde, também no governo anterior, também tem verba lá que pode ser buscada pela Prefeitura, não precisa tirar das aposentadorias dos funcionários. Então, a gente ouve falar que esse acordo reduziu danos, a gente se pergunta: reduziu danos para quem? Porque ela diminuiu o cálculo das aposentadorias, antes utilizava 80% dos maiores salários, agora vai utilizar os 90%, ela aumentou a base sobre a qual incide as alíquotas de 14%, ou seja, antes era a partir do teto do INSS, que era R\$ 6 mil, agora é a partir de R\$ 2,2 mil, e fez uma alíquota única, ou seja, aquele aposentado que ganha R\$ 2,2 mil e o aposentado que ganha R\$ 40 mil, os dois vão contribuir com 14% – isso favorece a quem? Reduz danos para quem? Para aqueles poucos funcionários da Prefeitura que ganham altos salários e prejudica, aumenta os danos da maior parte dos funcionários da Prefeitura que são baixos ou médios salários. Então, não houve redução de danos com esse acordo, aumentou os danos,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

principalmente de quem ganha menos e de quem ganha aposentadorias médias, que vão pagar o dobro agora de contribuição previdenciária, só fazer a conta, com esse ajuste aí de passar incidir a alíquota a partir de R\$ 2,2 mil. Então, isso é muito injusto porque coloca a conta da Previdência nos mais baixos e médios salários, enquanto os altos salários saem privilegiados. Então, as alíquotas progressivas eram muito mais justas, porque para um funcionário que tem aposentadoria ou salário de R\$ 40 mil não custa nada pagar uma alíquota de 22%, mas para um funcionário que tem R\$ 2,2 mil de aposentadoria vai custar alimento para a mesa da sua família, esse desconto vai diminuir os seus gastos com as necessidades básicas. Então, a gente fica se perguntando: que redução de danos é essa? Só aumentou danos, na verdade. É isso que eu tinha para falar, e também lembrar que esse Projeto de Lei nº 004/21, do Executivo Municipal atual, que praticamente perdoa as multas dos sonegadores, não diferenciando sonegadores com altas, médias e pequenas dívidas, coloca todos na mesma situação e perdoa a dívida em 90% se eles pagarem a dívida à vista, as multas. Ora, esse dinheiro poderia entrar para a Prefeitura para fazer as obras, para fazer tudo isso, então, a Prefeitura está fazendo escolhas muito claras de quem, de onde ela quer tirar e a quem ela via beneficiar. É isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Cumprimentar o Presidente Márcio Bins Ely, em seu nome, cumprimento todos os nossos colegas vereadoras e vereadores presentes nesta audiência pública; cumprimento também as autoridades do Executivo presentes; e, em nome do Simpa, seus diretores, cumprimento toda a categoria, afinal, a categoria tem este sindicato que lhe representa desde 1980 e alguma coisa, faz muito tempo que representa o todo da categoria, embora algum aventureiro do tempo hodierno esteja dizendo que o Simpa não representa a categoria. Pois bem, o Simpa representa porque legalmente está instalado, assim o quis a legislação. Claro, as associações têm a sua importância, nós sabemos, agora as associações não estão - nenhuma - acima do Simpa. Eu sou associado na ATEMPA, sou associado na Astec, mas o sindicato está acima de todas essas associações, e o sindicato não participou de acordo nenhum, não há acordo. Não há.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

Prefeito Melo, de uma vez por todas, parem de falar inverdades na mídia, dizendo que acordo não é acordo. Presidente Rodrigo, do Previmpa, não há acordo a não ser o acordo que envolve o senhor e a manutenção, talvez, do seu cargo, a manutenção do senhor aí como diretor do Previmpa, participando de toda essa lambança que foi a votação de 24 votos, e não há justificativa. E me perdoe o meu colega Ferronato, mas dizer que, cortando os dedos e tirando os anéis, vamos manter ainda alguns dedos dos servidores públicos. Não, essa é a chantagem do governo, porque o governo queria mesmo é manter as trabalhadoras e os trabalhadores públicos com mais idade na Prefeitura, esse era o desejo do governo. O governo ia comprar uma briga com as castas de serviço público aumentando a alíquota para 22%, ia comprar essa briga? Essa era a chantagem. A chantagem funcionou nessa sociedade individualista, há aqueles que não se reúnem com o todo, tem um grupo que não se reúne com o todo, não se sente trabalhador, não se sente trabalhadora, e aí se cai nessa chantagem. O governo queria mesmo que os garis continuassem trabalhando, queria mesmo que os servidores do DMAE, como o Maineri, continuassem trabalhando porque é aí que o governo ganha, ele não precisa repor, a professora agora vai até 57, 60 anos, ele não precisa repor, vai ficar 10 anos sem repor professor e daí ele não precisa repassar dinheiro para professora aposentada no regime de repartição simples, ele fica só ali mantendo ela trabalhando na escola. O trabalhador do HPS é a mesma coisa, ele não precisa repor os quadros, ele vai ficar mais cinco anos trabalhando lá. É aí o ganho do prefeito, esse é o ganho enorme do prefeito, é dinheiro no bolso agora para fazer obra pública, para cumprir suas promessas de campanha, com dinheiro do servidor. E, claro, alguns de nós, infelizmente, vão morrer no meio do caminho, não vão se aposentar, todo dia morre um servidor público de Porto Alegre por diversos fatores, isso não está nos cálculos da reforma, não está nos cálculos da reforma o que sai todos os dias no Diário Oficial, falecimento de aposentados e pensionistas, não está colocado nisso, não está colocado. Nós estamos trabalhando numa coisa oculta porque não foi feita ainda auditoria, a auditoria não veio, Ferronato, nós trabalhamos em cima da chantagem do governo. Eu sou servidor público há 12 anos e não caio nessa cantilena do governo. Agora estou curioso até de olhar o Diário Oficial para tentar ver quantos cargos de confiança foram nomeados no último mês, quantos, onde, e qual a filiação partidária desses cargos de confiança. Eu

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

estou curioso para saber. No governo Marchezan funcionava assim, conseguia votos e de repente, misteriosamente, eram nomeados servidores, cargos comissionados, logo ali adiante, algumas vezes eram demitidos, no final do governo Marchezan tinha um monte de demissão, cada partido que saía demitia o chamado Banco de Talentos. Agora estamos vivenciando na Prefeitura do Melo a ausência total de diálogo. O governo Melo fez o que queria, era pressionar com essa chantagem dos 22% para manter agora na Prefeitura pelo menos três mil pessoas sem terem direito a se aposentar: três mil pessoas! Não é pouca gente, e o pior do que isso, vocês todos que nos assistem, vocês municipais e municipais, pela reforma do prefeito Melo, a partir de hoje, se for consumada essa votação daqui 10 dias, segunda-feira, vocês estão proibidos de morrer porque o seu cônjuge não levará mais a pensão integral, levará parcela dela. Então vocês estão proibidos de morrer, o servidor público de Porto Alegre deve ao Melo esse dever que ele instituiu na carreira pública do servidor municipal, o dever de o aposentado não morrer sob prejuízo de deixar sua família numa condição desumana, numa condição financeira totalmente inadequada que ele vinha garantindo enquanto era vivo. Presidente, quero dizer isso: essa grande reforma, a partir de todas as suas violências, ela instala essa maior violência que é o dever do aposentado não morrer mais em Porto Alegre, não temos mais o direito de morrer, infelizmente é isso, eu espero sinceramente que quem votou e completou os 24 votos não complete na próxima votação. A gente erra nesta vida, todo mundo erra, todo mundo erra todo o momento, e corrigir o erro diante da realidade é uma posição muito salutar para a gente seguir a nossa vida, porque isso, esse é um aprendizado. Paulo Freire dizia isso sempre: vivendo e sempre aprendendo. Grande abraço, obrigado a todos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Jeferson Miola está com a palavra.

**SR. JEFERSON MIOLA:** Boa noite, Presidente, em seu nome, saúdo e cumprimento todos os que participam desta audiência pública e estão aqui acompanhando. Em primeiro lugar, queria apenas dizer do meu espanto, talvez Porto Alegre seja uma das únicas cidades em todo o nosso planeta, em plena pandemia, que vem tratando de adotar medidas que suprimem direitos, que atacam direitos previdenciários e promovem um desajuste brutal na

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

estrutura pública de salários. Nós estamos vendo uma situação, Porto Alegre, do ano passado para cá, ela simplesmente triplicou o número de óbitos diários por Covid, até dezembro de 2020, morriam cerca de sete cidadãos de Porto Alegre diariamente por Covid e, a partir de janeiro a maio deste ano, nós temos praticamente 20 pessoas morrendo de Covid. Ou seja, uma situação de uma catástrofe humanitária e sanitária da nossa cidade e que demandaria de parte das autoridades públicas do conjunto do setor público e das nossas autoridades, do Executivo e do Legislativo, um esforço concentrado no sentido de enfrentar isso, que é um drama, talvez o principal drama enfrentado pela população da nossa cidade nos últimos 251 anos da existência de Porto Alegre. Além disso, além desse esforço que não está sendo realizado, dessa energia que deveria ser canalizada para isso, justamente para fortalecer o serviço e os servidores públicos, nós estamos vendo uma obsessão em sentido oposto de parte do governo, que é justamente de desestabilizar e desestruturar os serviços e desrespeitar os servidores públicos, numa realidade inclusive que pode determinar, para o futuro, e o mundo inteiro está atento a isso, uma modificação significativa tanto da expectativa de vida ao nascer quanto da condição de vida que se alterará profundamente pelos efeitos que são gerados pela própria pandemia. Então realizar uma alteração do sistema previdenciário numa realidade como essa, no meu ponto de vista, é, no mínimo, espantoso, para usar aqui uma terminologia muito diplomática.

Em segundo lugar, eu queria dizer que me parece um pouco estranho que essa audiência pública se realize, portanto, ela legitima a tramitação de um projeto de lei em relação ao qual existe um parecer prévio, de parte da Procuradoria da própria Câmara de Vereadores, que diz que o Projeto de Lei Complementar nº 018/20 é inconstitucional. A Procuradoria da própria Câmara de Vereadores disse que esse projeto é inconstitucional. E eu convidaria inclusive o Ver. Airto Ferronato, em relação ao qual eu não xingo e não ofendo, mas eu faço críticas muito contundentes e muito democráticas, a que ele se atente a isso. Na verdade, há um falso dilema que o governo criou, e me parece que o vereador foi fisgado por esse falso dilema, em que o governo diz que, se não aprovassem o projeto de emenda à Lei Orgânica, ele aprovaria o projeto de lei complementar que seria muito mais gravoso à categoria. Na verdade, o projeto de lei complementar, Ver. Airto Ferronato, sequer poderia estar tramitando, porque ele é inconstitucional. Ele não poderia estar tramitando. Na

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

verdade, nós não temos nenhuma contradição entre mal menor e mal maior. Há uma estratégia de perda total à categoria e essa estratégia de perda total é viabilizada exatamente a partir da aprovação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20.

Em terceiro lugar, eu diria que nós estamos numa situação esdrúxula, no meu ponto de vista, porque nós estamos tratando de um projeto que foi apresentado em 2020, numa realidade de 2020, e, em 2021, mais precisamente em março de 2021 – eu falo isso como conselheiro do Conselho de Administração do Previmpa –, o Previmpa apresentou o relatório atuarial que demonstra um superávit de R\$ 416 milhões. Então, realizar uma reforma previdenciária que foi planejada no ano passado, quando existe estudo atuarial que demonstra que hoje a saúde financeira atuarial do Previmpa é extraordinariamente positiva e favorável, me parece que não tem nenhum nível de coerência com a realidade. Isso não encontra amparo na realidade, me parece que, inclusive, é um despropósito fazer isso. E mais do que isso, a Câmara, através da Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, realizou estudos que foram aqui mencionados pelos dirigentes do Sindicato dos Municipários, relativamente à realidade das contas públicas municipais, ela também apresentou requerimentos e tratou muito pertinazmente sobre como essa reforma ataca sobretudo as mulheres, penaliza as mulheres; me parece que há uma certa implicância com as mulheres neste País, uma mulher não foi tolerada numa posição de poder na Presidência da República e parece que o mesmo está sendo aplicado aqui em Porto Alegre, uma certa intolerância com as mulheres, muito estranho. As mulheres são as penalizadas, elas vão ter que trabalhar sete anos a mais, vão ter que contribuir sete anos a mais, vão retardar em sete anos o seu acesso aos benefícios previdenciários e, portanto, elas vão gerar, Ver. Ferronato, um superávit atuarial superior a esse, que já existe hoje, de R\$ 416 milhões.

Eu finalizo, porque está encerrando o meu tempo, dizendo que seria muito relevante – e eu convido o senhor, Ver. Ferronato – ler o Parecer prévio nº 253/21 da Procuradoria da Câmara de Vereadores para, de uma vez por todas, entender que essa sessão sequer poderia estar sendo realizada, assim como o projeto de lei complementar sequer poderia continuar tramitando. O que garante que o projeto tramite é exatamente a votação, a aprovação do projeto de Lei Orgânica. Por quê? Porque ele abre a porteira, aí ele permite que o governo faça todo o projeto. Não existe meio termo. Aqui existe uma determinação,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

uma estratégia do governo, e foi dito isso no Conselho de Administração do Previmpa, que o governo tem um plano de ataque por ar, terra e mar. Ele vai fazer uma segregação de massas, ele pretende mexer nas regras de transição e ele pretende também aumentar as alíquotas. Isso foi dito presencialmente pelo secretário Rodrigo Fantinel, pelo diretor do Previmpa na primeira sessão inaugural deste ano, que eles participaram, no Conselho de Administração do Previmpa.

Eu queria finalmente dizer que não existe mágica em relação às mudanças previdenciárias. O art. 40 da nossa Constituição é muito claro: a mudança previdenciária deve ser precedida pelo exame da realidade atuarial e financeira do regime do índice. Ou seja, o requisito fundamental, a condição *sine qua non* para operar a reforma previdenciária é conhecer a realidade atuarial. E me parece que isso está longe de ter acontecido. O que está acontecendo hoje, quando se faz uma modificação por uma emenda ou por uma subemenda, é uma jogada lotérica, porque não tem dado concreto. Aqui não existe o exame atuarial para avaliar qual vai ser a repercussão de cada uma das medidas propostas e simplesmente a realização de um desejo de uma obsessão ideológica, numa visão fiscalista, austeríssima que é de constituir e transferir renda pública através do ataque aos fundos públicos. Eu concluo, então, dizendo, Presidente e todos que nos acompanham, que numa democracia efetiva, uma autoridade pública pode muito, mas não pode tudo; me parece aqui que há uma certa demasia, um desrespeito ao processo de liberação pública, porque nós não estamos tendo a fundamentação dos atos administrativos e isso fere um princípio da Constituição Brasileira que é a necessidade de que a autoridade pública fundamente os seus atos administrativos. Ela não pode arbitrariamente determinar, fazer escolhas sem que apresente o fundamento para que essas escolhas sejam efetivamente apresentadas. Me perdoe, Presidente Márcio Bins Ely, agradeço a compreensão. Era isso o que eu queria dizer. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ver. Airto Ferronato

**VEREADOR AIRTO FERRONADO (PSB):** Apenas para deixar um abraço ao amigo Ver. Jonas e dizer que ele fez uma instigação bastante interessante. Ele quer ver o Diário Oficial

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

para ver as nomeações do último mês. Eu acho que seria importante que ele desse uma olhada mesmo, porque, para mim, não tem problema nenhum.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Armando Domingues, presidente da Associação dos Procuradores do Município, está com a palavra.

**SR. ARMANDO DOMINGUES:** Boa noite, Presidente Márcio Bins Ely, em nome de quem eu cumprimento os demais vereadores; Deputada Sofia Cavedon, por meio da qual cumprimento os demais deputados que porventura estejam presentes; Sr. Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre, na pessoa de quem eu cumprimento os demais representantes do governo; caros colegas que estão presentes neste debate; faço questão de colocar uma premissa básica, porque eu ouvi de mais de uma pessoa que sem o PELO não tem PLCE. Isso é um equívoco. A Constituição Federal determina que apenas idade e, por consequência, regras de transição em relação à idade, estejam na Lei Orgânica. Todo o restante da matéria pode ser objeto de PLCE, todo. Então não é por não aprovar o PELO que não teremos uma reforma previdenciária. Mas foi interessante ouvir – e eu ouvi com muita atenção – a fala dos colegas e do representante do Simpa, porque isso me deixa mais tranquilo em relação ao acerto do acordo que foi feito entre algumas entidades e o governo, e eu vou explicar o porquê. Nós estamos aqui fazendo um debate político. Com exceção das alegações do Edmilson, todas as alegações que foram feitas pelos colegas buscam o convencimento daqueles que vão votar. Eu não vi nenhum colega falar ao contrário, eu ouvi representantes do Simpa, da Astec garantirem, com todo as letras, que o governo tem 19 votos para aprovar o PLCE. Se o governo tem 19 votos para aprovar o PLCE, ele coloca lá dentro o que ele bem quiser. Ele não está fazendo a reforma que ele queria pela atuação dessas entidades que buscaram conversar e pela atuação, e temos o agradecimento, principalmente daquela pessoa que está tomando muito pau, que é o Ver. Aírto Ferronato; por quê? Porque nós minimizamos danos, e isso nós ouvimos de vários colegas, ouvimos de vários vereadores – eu não preciso nominá-los, eles sabem muito bem de quem estou falando. Minimização de danos, para nós, agora é o essencial, senão vai ser aprovada uma reforma... Esqueçam a questão da alíquota de 22%, que tanto batem;

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

22% pode ser até confisco, basta uma alteração, uma emenda qualquer reduzindo um pouco isso que mesmo assim nós vamos ter uma alíquota superior a 14% atingindo todos. Então esse acordo firmado, essa minimização de danos é muito importante para os servidores, porque, se nós não conseguirmos convencer os vereadores, que vocês mesmos, colegas, reconhecem que não vamos, se nós não tivermos sucesso numa demanda judicial, o que que vai sobrar? Eu lembro que há uns anos, quando se debatiam os 14%, no final, não foi aceito um acordo que minimizava danos, e o que aconteceu? Perdemos e tivemos a alíquota de 14% imediatamente.

Em relação às questões judiciais, eu li o parecer do procurador da Câmara, Fábio, e vou dizer para vocês que todos os pontos que ele colocou são sanáveis, basta o governo querer. Tem como, por meio de emenda – estou falando juridicamente –, sanar aquilo que foi apontado. Uma das inconstitucionalidades que consta é o fato de estar tratando das regras e idade e as regras de idade... (Problemas na conexão.) ...inexistentes. É tão fácil ajustar isso. E outra coisa que o próprio Edmilson, meu colega, sabe: no momento em que nós entramos com uma demanda judicial, ninguém pode garantir o resultado. Isso eu aprendi na escola da magistratura, o desembargador Ruy Rosado de Aguiar Júnior, que depois virou ministro do Supremo, dizia: “Olhem para a minha roupa, se um de vocês entrar com uma ação contra mim por causa dessa roupa eu não posso mais dizer que ela é minha, porque a gente não sabe o que o juiz vai decidir”. Então, vão entrar com demandas judiciais? Perfeito, mas e se perderem? Se perderem, o que vai restar é o acordo. Se não tiver o acordo, só vai ter dano, e dano grave aos servidores. Não culpem essas entidades e não culpem esses vereadores que fizeram o acordo, que trabalharam por nós, porque, se não fosse isso, a chance de a gente ficar sem muita coisa era enorme. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa noite, pessoal, eu estava em outra *live*, por isso estava me desdobrando e retornei pela importância do espaço. Quero iniciar saudando os trabalhadores municipais, aqueles que desentopem os nossos valões, fazem a nossa poda, que entregam a cesta básica, que nos atendem nas unidades de saúde, os

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

professores, as professoras, que são aqueles que estão garantindo os direitos básicos da nossa população de Porto Alegre. E a grande sacanagem desse projeto é o discurso que o legitima: para gente fazer as questões básicas do Município acontecerem, a gente tem que atacar o serviço público, a gente tem que atacar os servidores, que são quem dá vida ao serviço público. Essa chantagem vem sendo utilizada para legitimar diversos ataques ao nosso povo, então é muito importante a gente conseguir combinar os fatores. Quem garante a execução dos direitos com qualidade, com memória, com capacidade técnica não é o serviço terceirizado, mas nós acompanhamos muito bem a luta da terceirização, dos trabalhadores e das trabalhadoras terceirizados, que garantem um serviço de qualidade, a gente sabe que são condições análogas, muitas vezes, à escravidão, e é isso que esses governos liberais estão defendendo para garantir o básico de serviço na nossa cidade. Eles nos colocam dentro dessa contradição: vocês querem uma cesta básica ou uma escola aberta? Vocês querem um transporte que passa na sua rua ou vocês querem uma unidade de saúde? A gente tem direito a tudo, nós que pagamos os nossos impostos, nós que trabalhamos, nós que damos vida a esta cidade! A gente tem que recuperar esse respeito, essa dignidade que os governos estão nos tirando. Foram quatro anos de governo Marchezan, para ser derrotado nas urnas, e agora vir o governo Melo com as mesmas propostas: de novo ajuste no lombo de quem trabalha! Não querem tirar do setor financeiro, não querem tirar da especulação imobiliária, não querem tirar dos ricos que devem impostos para o Município; eles querem tirar do trabalhador, do pagador de imposto, daquele que contribui, daquele que tem poder de compra. A maior parte dos trabalhadores da nossa cidade de Porto Alegre, depois dos serviços e do comércio, são os trabalhadores do serviço público municipal, estadual e federal. Isso vai ter um impacto direto no poder de compra do nosso Município, mas o Melo tapa um buraco cavando outro. É isso, para trazer um *feedback* para vocês: boa parte dos projetos que vem para a Câmara de Vereadores, muitas vezes os vereadores não têm uma leitura daquilo que estão votando, não têm um estudo de impacto financeiro, não têm estudo técnico. Muitas vezes a gente vota projetos com parecer contrário da própria Casa, então tudo é muito relativo. E a política de um parlamento funciona assim, é um relativismo muito grande. Se é da oposição, é contra, e se agarram a todas as vírgulas do regimento e das leis para dizerem que é inconstitucional;

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

mas quando é má vontade do governo, se patrola. Infelizmente é assim que as coisas estão acontecendo. Eu acho um absurdo essa hipocrisia de a gente dizer que estar fazendo audiência virtual, sendo que o governo não se preocupa com as pessoas aglomeradas dentro dos ônibus, dentro da tenda do Postão da Cruzeiro, e agora até o Opinião vai abrir, mas a gente não pode abrir a Casa do Povo para as pessoas conseguirem acessar discussões que são pertinentes às suas vidas, ao seu trabalho. Os trabalhadores da Carris tendo que ficar na rua, no frio, sem poderem usar o banheiro; os servidores municipais sem reajuste, sendo violentados pela própria Guarda, por essa chantagem do governo, de fora da Casa do Povo, em plena pandemia, tendo que garantir os serviços lá na ponta, sendo atacados, por outra, por um governo populista que toma banho no Lami. Isso é muito perigoso, não é o *playboy* do Marchezan que todo mundo odiava porque era antipovo. O governo Melo tem essa cara de andar na rodoviária, de tomar banho no Lami, de querer sentar com todo mundo para conversar, mas ataca igual. É muito importante a gente conseguir ter essa sacada o quanto antes, para conseguir dialogar com o nosso povo em relação a tudo isso que eles estão propondo. Privatização da nossa cidade, terceirização dos nossos serviços, ataque aos servidores públicos, e novamente superprivilégios para os empresários de ônibus, para o setor financeiro, que está endividado com o Município, para o setor imobiliário; para esses, tudo, para o povo, nada. É assim que funciona, e a nossa democracia restrita, blindada, de classe permite esse esbulho, permite. É esbulho, porque essa reforma do jeito que está vai permitir, sim, uma maior desigualdade de gênero, o confisco salarial, porque a pensão vai ser reduzida; vai garantir, sim, que os que menos recebem hoje no Município tenham que contribuir. Isso não significa não entender que existem essas desigualdades hoje dentro da própria categoria do servidor: tem o peão e tem aquele que recebe o teto do Município, e a gente não pode tratar como se todos fossem iguais porque eles não são iguais. Então o projeto traz tudo isso à tona de novo, os velhos problemas de sempre num projeto de lei.

Eu acho que o nosso papel é pressionar, é conseguir fazer essa leitura política do que está acontecendo. Estão se utilizando da pandemia e, apesar da pandemia, a gente tem que lutar, porque esses governos que estão aí são mais perigosos que o vírus. E não é só o governo Bolsonaro, são todos aqueles que sustentam o Bolsonaro e o bolsonarismo no

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

nosso Município, e o Melo faz parte disso. Então nós temos de ir para a rua, nós temos que pressionar, nós temos de dar conteúdo para o “Fora Bolsonaro”, nós temos de pressionar pelo “Fora Melo” o quanto antes, porque são quatro anos de governo. A gente não pode permitir ser assim como o Marchezan terminou a sua gestão: com uma CPI nas costas, vários processos de *impeachment*, e fez boa parte do ajuste com a nossa cidade. Nós não podemos permitir que o Melo siga com o seu plano. Com mobilização, com luta e menos negociação. Político a gente sensibiliza com pressão, com luta; depois a gente negocia. Era isso o que eu queria colocar para vocês.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sra. Liliane Santos está com a palavra.

**SRA. LILIANE SANTOS:** Boa noite, gostaria, primeiramente, de agradecer aos colegas do Simpa que me representam, mandar um abraço para a Sofia Cavedon, que amo de paixão, e ao meu Ver. Jonas Reis. O que eu gostaria de falar é que muito me preocupa esse PELO, porque a gente vê todos esses números mostrados pelo Previmpa, pelo Todeschini e pelas outras associações também mostrando... Eu não consigo entender qual o fundamento que um prefeito, o porquê de um prefeito querer atacar aqueles que lhe garantem. Não existe nexo em destruir com o Previmpa. O prefeito não cobra de quem tem de cobrar, mas ele quer cobrar dos funcionários, ele quer atacar os funcionários, quer tirar dos funcionários que não tem nada a ver com essa dívida; essa dívida é da Prefeitura para com o Previmpa e não nossa. Nós não temos de pagar aquilo que nós deveríamos receber. Ao mesmo tempo, os funcionários públicos são os que dão ao nosso prefeito sustento para a sua gestão, somos nós que fazemos o serviço da Prefeitura, somos nós que atendemos à população, e quem leva os méritos é o prefeito que estiver na administração. Ninguém vai lá parabenizar a Liliane, que é uma monitora; ninguém vai lá parabenizar o Manieri, que trabalha no DMAE; ninguém vai lá parabenizar a fulana, a beltrana ou a sicrana, que são professores. Não, eles vão parabenizar o prefeito que fez uma ótima gestão. Só que a gestão de qualquer prefeito é feita em cima do trabalho de seus funcionários. Não dá para compreender por que de destruir a carreira municipal. Não dá para entender! Isso muito me magoa, isso me deixa nervosa, porque eu já tenho uma certa idade, tenho certos

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

problemas e fico pensando em quantos na mesma condição da minha estão hoje tendo quinhentas reações, quinhentos problemas de saúde devido a esse projeto. A gente tem de passar a vida inteira se defendendo nessa Prefeitura, o tempo todo. Defendemos, carregamos nas costas a cidade, e temos de passar o tempo inteiro nos defendendo daqueles que deveriam nos apoiar, nos assistir, porque nós garantimos a gestão deles. Eu não consigo entender, gente; isso muito me magoa. Eu gostaria de dizer uma coisinha para o Ver. Ferronato: eu lhe admiro, vereador, e o senhor sabe o quanto eu lhe admiro; minha família há muito tempo já gosta do senhor, a minha irmã é muito sua amiga, e eu gostaria muito, vereador, que o senhor continuasse a nos apoiar. Eu mando mensagens, eu sou contra ofensas, acho que a gente tem de respeitar as opiniões, mas eu gostaria muito de poder contar com o senhor apoiando a causa municipal, apoiando a nós funcionários. Boa noite, gente, era isso o que eu queria dizer.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Eu não iria falar, estava ouvindo muito, ouvi todos, respeito todos, mas quero me solidarizar ao Ferronato. Nós somos os vereadores mais antigos desta Casa. Se vocês lembrarem, na maioria absoluta das vezes, nós estivemos juntos com vocês – isso para não cometerem injustiças. Eu tenho, junto com o Ferronato, lutado para melhorar essa questão, junto com outros vereadores. Mudou muito, desde quando, Ferronato, nós lutávamos para mudar esse PELO, para não chegar nas alíquotas. Sou testemunha da sua abnegação. Portanto, somos vereadores legítimos, eu o conheço muito bem, eu vi aqui no *chat* ofensas pessoais. Como vão conquistar o voto do Ferronato se o estão agredindo, sem respeitá-lo? Que política é essa, que transparência é essa, que respeito é esse? Aqui vocês devem saber que nós sempre tivemos coerência; quando o nosso voto é dado, eu tenho certeza, Ferronato, que é com a consciência tranquila. Ninguém vai nos atacar e ninguém vai nos ameaçar. Não é dessa forma que se faz política. Portanto, Ferronato, fica tranquilo, cabeça erguida. Eu te conheço há muito tempo, convivemos juntos há muito tempo, e tenho certeza de que o voto que nós dermos no plenário, que é soberano, será tranquilo, transparente e com coerência, porque sempre

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

estivemos lutando para melhorar as coisas. Sou testemunha disso, portanto, Presidente, agradeço. Falaram em vergonha dos vereadores, mas no plenário nós temos a liberdade, temos a soberania na nossa Casa, onde o povo nos elegeu e onde o povo nos dá oportunidade de nos defender. Obrigado Presidente, um abraço a todos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A deputada Sofia Cavedon está com a palavra.

**SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Presidente, eu escutei atentamente toda a audiência, muito qualificada, quero cumprimentar, Ver. Márcio, cada deputado, cada vereador e vereadora que se manifestaram, e em especial os trabalhadores e meus colegas. Quero dizer, em primeiro lugar, Ferronato, que eu tenho sido xingada na rádio e na tribuna pelo meu salário, porque os meus filhos estudaram não sei onde, de graça, tenho apanhado, pela categoria, e tu sabes que eu me orgulho, cada vez que me batem, porque eu me orgulho muito, é uma história de vida inteira ao lado dos meus colegas que garantem a água, a luz, que garantem a escola, a saúde, e nós trabalhamos – se o prefeito está ouvindo, e os secretários – sempre muito confiantes e construindo a carreira, a valorização dos trabalhadores públicos, porque a sua qualificação resulta, lá na ponta, numa cidade mais feliz, mais organizada, mais cuidada; é o instrumento principal que um prefeito tem. Então, Ferronato, essa história nós não vamos rasgar. Quando me xingam, perguntam: “Tu não vais te defender?” Não! Eu me orgulho. Eles que tentem usar... Eu me orgulho porque aqui a gente trata, no Município de Porto Alegre, professores com dignidade; professoras, mulheres com dignidade. Tratava, porque cinco anos de arroxo salarial é um escândalo. Então, essa é a primeira questão que eu quero trazer.

A segunda questão: é inaceitável, Sebastião Melo, que o senhor comece a sua gestão querendo que municipais deem lucro e deem saldo, deem liquidez para o senhor fazer a gestão. O senhor está rasgando a principal parceria que tem para fazer um trabalho com Porto Alegre. É uma escolha errada. A sua escolha deveria ser olhar para a cidade e ver como a cidade pode se desenvolver e gerar riqueza, convidar os municipais a produzir isso. Por isso eu acho, Armando, que é um caminho equivocado aceitar a chantagem que o governo faz. Chantagem com os vereadores: se não quiserem isso, vai ser pior, hein?!

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

Eu acho gravíssimo atuar a partir desse marco. Eu entendo as entidades e eu respeito, eu não quero aqui criticar. Acho muito ruim a história de municipalidade, de líder sindical... A gente sempre procurou unificar a categoria, através do Simpa; as associações dentro do Simpa. Fui dirigente da ATEMPA, era ATEMPA núcleo do Simpa. Nunca atuamos separadamente, porque fragilizar diante de um governo que faz essa péssima escolha, é ruim de qualquer maneira; é ruim e ruim. Os argumentos aqui colocados estão muito nítidos e eu quero ponderar, Cassiá Carpes, que nós temos um Previmpa que foi controverso quando foi criado. Os municipais, pelas associações, achavam que era um equívoco, que era uma penalização. Hoje é a nossa preciosidade, é o nosso patrimônio; ele resolveu a previdência, ele tem um conselho muito sério e representativo que rejeitou esses projetos. A reforma do Bolsonaro, a reforma federal diz que é para aplicar no que couber. O Previmpa diz: “Não cabe!” É superavitária a solução. O problema da dívida do governo tem que ser resolvido e pode ser resolvido até com próprios públicos. Com próprios públicos! Nós podemos ver patrimônio, próprios, terrenos que o Município tem, prédios, dar liquidez a eles e incorporar parte da massa progressivamente no fundo de capitalização com esses recursos. Então, há outras soluções, se quiserem aliviar, mas dialoguem e construam com os municipais e municipalidades. Não é justo dizer que tem que começar sacando da sua aposentadoria, por favor, uma alíquota a partir de R\$ 2 mil, que o Leite fez aqui? Um absurdo! Pessoas que ganham R\$ 3 mil, R\$ 4 mil, aposentadas, idosos pagando saúde, pagando cuidadores foram confiscados! Nós queremos esse destino para Porto Alegre? Está equivocado, Ver. Aírto Ferronato. O senhor percebeu bem que isso é um problema. Então, eu quero dizer que não! Não façam a reforma da previdência! Primeiro, estabelece o teu governo, chama a cidade para dialogar, chama os municipais para construir saídas – é o melhor caminho! Nós não vamos pagar a conta de não gestão, de incompetência de gestão. Marchezan foi para a lata do lixo da história. Nós não queremos... (Problemas na conexão.) Câmara Municipal, Ver. Márcio Bins Ely, obrigada por este espaço, me sinto muito implicada, pois quando atacam os meus colegas, atacam a mim, atacam a nossa história e eu estou ombreando essa luta com vocês. Grande abraço.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Presidente. Pelo adiantado da hora vou ser sucinto. Acompanhei a audiência pública, tive a experiência, na última legislatura, de ficar três anos e meio no Legislativo, acompanhei inúmeras reuniões das associações que estão aqui, já fiz esse debate sobre a reforma publicamente, todos conhecem o posicionamento e o compromisso político, por óbvio, do PSDB com as reformas, é uma questão partidária, é uma questão sobre a qual nós não poderíamos ter um posicionamento diferente. A minha fala aqui é apenas para criticar a forma de algumas interpelações ou ataques, e não é uma fala de solidariedade apenas ao Ver. Aírto Ferronato, que sempre foi um homem sério, sempre foi um homem que teve seus posicionamentos públicos, sempre teve seus posicionamentos, e por várias vezes divergentes dos meus posicionamentos, isso faz parte da democracia; agora, esses ataques não colaboram. Eu ouvi aqui os adjetivos que, no momento, o Ver. Aírto Ferronato, infelizmente, ele e a sua família, têm sofrido, e eu também vi aqui xingamentos e eu não posso ficar calado aqui. Dizer que o ex-prefeito Nelson Marchezan foi para o lixo? Outra vereadora chamou ele de *playboy* antipovo... Gente, esses chavões políticos de efeito só incentivam raiva! Façam uma política do bem. A gente pode divergir, eu posso concordar, discordar. Eu subi, algumas vezes, à tribuna, quando a deputada Sofia era vereadora, e ela sabe, a minha tia foi colega dela, companheira dela em escola municipal, quando se falava dos rendimentos, ninguém é contra a que os professores ganhem bem. Graças a Deus em Porto Alegre a gente tem um padrão salarial de professores muito bem remunerados, minha mãe infelizmente era professora do Estado. Então, a gente defende que todo mundo ganhe bem. Porto Alegre tem um nível melhor de salários dos professores, por exemplo, da rede pública municipal, sim, tem. Quando chegou o momento da minha tia se aposentar, ela, com os seus direitos, com a sua aposentadoria, recebe inclusive mais do que os vereadores, que são os legisladores da democracia da capital. Eu acho que também faz parte do momento que a gente vive haver enxugamentos aqui, retenções ali.

O que eu peço aqui, fica só essa minha mensagem, é que a gente bata nos argumentos. Eu gosto de ver aqui aqueles que defenderam em cima dos dados, falaram do Previmpa. Preciso lembrar, finalizando, Presidente, que acompanhei os esforços das equipes técnicas

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

de servidores qualificadíssimos do quadro, servidores de carreira da Secretaria da Fazenda, da Secretaria do Planejamento, para tentar fazer sempre as reformas pensando no futuro da cidade. Então, assim, vamos bater nos argumentos. Não vamos bater e adjetivar as pessoas. É muito ruim isso. A gente não pode criticar o governo Bolsonaro, dizer que ele – e eu concordo com essa crítica – alimenta uma política que é raivosa, se a gente, do outro lado, retroalimenta uma política raivosa. Vamos bater nos argumentos e não nas pessoas. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo mais inscritos, de imediato, passo a palavra ao Sr. Edmilson Todeschini, do Conselho de Administração do Previmpa, para suas considerações finais.

**SR. EDMILSON TODESCHINI:** Muito bem, eu quero reiterar tudo o que falei ao início desta audiência. Não tem base técnica para uma reforma da previdência. A Constituição autoriza os municípios a fazerem a reforma, a revisarem os dados, a revisarem composição de proventos, a revisarem a composição das pensões e a revisarem alíquotas quando houver déficit. Não tem déficit. É superavitário. O que tem é uma dívida. Acontece que, maldosamente, publica-se e divulga-se uma dívida como déficit, se faz uma construção inconstitucional para justificar um déficit inexistente e em cima dele tentar justificar uma reforma. Essa reforma não é necessária, e tem mais, o superavitário regime previdenciário de Porto Alegre tende a ser mais superavitário em razão da tenebrosa tragédia que estamos vivendo, a pandemia Covid, pois com a pandemia Covid a expectativa de vida da população – e isso são dados estatísticos – está reduzindo, conseqüentemente o pessoal vai viver menos tempo, já está vivendo menos tempo no período de aposentadoria e de pensões. Então o já superavitário tende a ser mais superavitário ainda. E por todas essas razões quero dizer que nós, do Conselho de Administração do Previmpa, fizemos uma análise técnica e emitimos um parecer apontando esses elementos, no ano passado, e com os novos elementos que reformam este projeto e alteram um ou outro ponto, o conselho tem que ser novamente ouvido, ele é digno de se manifestar novamente. Não atropelem o

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

conselho, não criem nulidade neste processo, senão a pretensão acaba sendo tumultuada, acaba sendo ruim para todos os lados. Eu espero que respeitem as instâncias democráticas, o conselho é uma instância democrática com base constitucional, tem um encargo técnico e é um órgão de controle sobre a previdência. Muito me estranha aqui que o diretor-geral do Previmpa, Rodrigo Costa, venha defender um projeto que foi rejeitado pelo órgão superior colegiado da autarquia a que ele pertence e da qual ele é diretor, que é o Conselho de Administração do Previmpa. Uma das incumbências da direção-geral do Previmpa é cumprir as deliberações do CAD e não fazer política contrária como está ocorrendo. Por tudo isso agradeço o tempo que me foi concedido pelo Simpa, reitero tudo o que falei no início e clamo para que os vereadores, respeitando a falta de elementos técnicos e respeitando o parecer da procuradoria da Câmara, rejeitem esse PLCE. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Alexandre Dias Abreu, representante do Simpa, está com a palavra. Para suas considerações finais.

**SR. ALEXANDRE DIAS ABREU:** Quero continuar a fala aqui, e, primeiramente, em nome do Simpa, quero expressar toda solidariedade ao procurador Edmilson Todeschini, presidente do Conselho de Administração, que, por ocasião da outra audiência pública em que ele participou e defendeu dignamente as questões que foram discutidas no conselho, os interesses da categoria, foi atacado pelo governo e foi aberta uma sindicância para tentar puni-lo, já arquivada porque ficou bem definido, ficou claro que era um ataque gratuito. Portanto quero já que expressar a minha solidariedade ao Edmilson Todeschini, e todo nosso respeito. Em 2017, o governo já alterou a alíquota de 11% para 14%, dizendo que naquele momento tinha problemas e que este percentual resolveria. Agora vem de novo com essa conversa de alterar, buscando fazer a reforma da previdência e intimida com a possibilidade de alíquota de 22%. É sempre isso, as contas sempre nas costas dos servidores. Aliás, quero muito fraternalmente aqui dialogar com o Ver. Airto Ferronato, pessoa por quem nutro o maior carinho, o maior respeito, a maior admiração, e ele sabe disso, não é de hoje que tenho diálogo com ele, mas preciso dizer para ele reparar nessa

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

audiência pública: quantos servidores foram a favor desse PELO, desse PLCE? Quantos foram a favor? A imensa maioria que se manifestou aqui... Só teve um interlocutor, eu respeito a posição do Armando, mas foi o único representante da PMPA que se manifestou favoravelmente. Mas, da base, quantos se colocaram a favor e quantos se colocaram contra? Levem isso em consideração. Para finalizar, antes de passar para o João Ezequiel, olhem só que engraçado: o governo Fortunati-Melo durante a campanha, ao encerrar sua gestão, dizia que tinha equacionado a questão das finanças da Prefeitura de Porto Alegre; o Marchezan entra na Prefeitura dizendo que encontrou um caos financeiro e que precisava resolver isso. Ao final do mandato do Marchezan, ele dizia que tinha resolvido a situação financeira do Município; assume o Melo dizendo que é uma crise financeira. Que papo de louco é esse? E aí dá-lhe reforma da previdência para resolver esses problemas todos. Não há justificativa, essa reforma da previdência não é necessária, portanto reitero tudo o que disse e peço apoio aos vereadores, e principalmente ao Ver. Aírto Ferronato que esteja conosco nesta questão. Era isso, obrigado a todos e todas.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. João Ezequiel da Solva, representante do Simpa, está com a palavra. Para suas considerações finais.

**SR. JOÃO EZEQUIEL DA SILVA:** Obrigado, Alexandre. Em nome do Simpa, quero saudar a Deputada Sofia Cavedon e a Deputada Fernanda Melchionna, que estão sempre na luta conosco na defesa intransigente dos servidores, das servidoras e do serviço público. Também me solidarizo aqui com o Todeschini, e solicitamos ao governo Melo que pare atacar o colega Todeschini, que tem colocado o seu posicionamento de forma muito técnica e de forma muito coerente. Quero aqui dizer que é comprovado, e quando a gente apresenta os números está provado que o Previmpa é superavitário, o caixa da Prefeitura é superavitário; nesses primeiros meses do ano são R\$ 199 milhões a mais que no ano passado, 5% a mais. A Prefeitura está gastando menos com servidores: 41,81%, R\$ 8,6 milhões a menos que no ano passado. Não existe cálculo atuarial que justifique esta reforma da previdência, nem o PELO, nem o PLCE nº 018, então quando a gente traz os números – é muito bem trazido aqui pelo Conselho de Administração do Previmpa, através

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

do Todeschini, através do Simpa e outros colegas que se manifestaram, o Brum, da Astec – está provado que esta reforma é desnecessária, e mais, ela prejudica os servidores da ativa, servidoras mulheres principalmente, prejudica pensionistas, prejudica aposentados. Olha, gente, taxar aposentado depois de contribuir uma vida inteira, aí vai ter que ter lá 14% de confisco do seu benefício, do seu rendimento... É mérito quando um servidor ou servidora se aposenta, pois se dedicou uma vida inteira para a cidade. Rodrigo Machado Costa, tu foste presidente da ASHPS e agora, infelizmente, tu estás fazendo o serviço sujo para o governo Melo e contra teus colegas servidores e servidoras municipais. Nós temos que registrar isso aqui e dizer ao Ver. Ferronato que está provado que essa reforma não é necessária, ela não encontra respaldo em cálculo nenhum atuarial. Aliás, o governo não apresentou cálculo nenhum atuarial que justifique esta reforma, está provado que existe, sim, superávit na Previdência Municipal de Porto Alegre, e portanto Ver. Ferronato, a gente pede que o senhor reconsidere o seu voto, porque o senhor está agradando 5,5% quando o senhor negocia com essas associações que assinaram o acordo e está desrespeitando, vereador, essa é a verdade, 95% da categoria de municipais e municipais que estão dizendo “não” a essa reforma, dizendo “não” ao PELO e dizendo “não” ao PLCE nº 018. Lembrando: os municipais e as municipais de Porto Alegre estão com perdas de 23,72%, porque estão há 5 anos sem a reposição inflacionária, e não estou falando de aumento de salário; os servidores de servidores municipais de Porto Alegre estão sem a reposição há cinco anos; tiveram o aumento da alíquota de 11% para 14%, não recebem a progressão, está lá registrada a progressão, mas a gente não recebe, então acabaram com a nossa carreira no que diz respeito aos avanços, aos triênios, aos adicionais. Gente, é um perde, perde, desde o governo Marchezan é ataque brutal em cima de servidores e servidoras municipais. Olha, gente, pedir para uma servidora municipal trabalhar mais sete anos além da regra atual lá numa emergência do HPS, na UTI, emergência pediátrica do HPV, lá no Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, nas UBSs, nos centros de saúde, nas escolas, gente, isso é de uma brutalidade, os servidores do DMAE, os da FASC – a FASC, que tem o seu salário sem nenhuma vantagem praticamente. Gente, dizer para esses servidores e servidoras, Presidente, trabalhem mais, terem acréscimo em suas alíquotas e, depois de aposentados, pagarem a previdência? Isso é uma crueldade com aqueles que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

arriscam suas vidas, que, desde de março do ano passado, estão arriscando suas vidas atendendo à população no combate à essa pandemia que está assolando todos nós. Então, eu digo a todos os vereadores e a todas as vereadoras, e, principalmente ao Ver. Ferronato: reconsidere o seu voto. Reconsidere o seu voto, porque neste momento, Ver. Ferronato, o senhor está contradizendo aquilo a que o senhor se comprometeu com esta categoria. E, sim, o senhor hoje é o 24º voto favorável à reforma da previdência municipal, infelizmente. Então, o senhor reconsidere, porque a maior parte da categoria está lhe solicitando isso, solicitando que o senhor não assine embaixo desse ataque às servidoras mulheres e aos servidores do Município de Porto Alegre. Vamos à luta, colegas, e vamos vencer esse governo nesse ataque brutal. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado ao Simpa.

O Sr. Rodrigo Machado Costa, representando o governo, está com a palavra para suas considerações finais.

**SR. RODRIGO MACHADO COSTA:** Pretendo não me alongar muito, até pelo adiantado da hora, diferentemente da postura de ataques às pessoas, como tem sido prática, quero colocar algumas questões técnicas aqui, porque parece que não querem entender, ou porque realmente não entendem, pois realmente a matéria previdenciária não é uma matéria muito fácil de ser entendida. É importante a gente destacar, e eu trago legislação e dados, a Portaria nº 464, de 2018, do Ministério da Economia, que regulamenta as práticas atuariais, e coloca que uma das formas de equacionamento de déficit é a segregação de massa. Então, a própria... (Problemas na conexão.) ...de uma segregação de massas, que acontece aqui em Porto Alegre, já é o retrato justamente de uma previdência deficitária. Isso está na norma, no art. 56 da Portaria nº 464. O art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, no seu § 5º, diz que, para fins do disposto no § 4º – ou seja, o § 4º diz que as alíquotas dos servidores dos estados e dos municípios não devem ser inferiores às alíquotas da União –, não será considerado como ausência de déficit a implementação de segregação de massa de segurados ou previsão de plano de equacionamento de déficit,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

que é o que se tem aqui em Porto Alegre. Com isso, eu poderia já comprovar e deixar bem explícito que há, sim, déficit na nossa previdência.

Fora isso, nós temos um indicador que foi criado pela Secretaria de Previdência, o órgão que regula a previdência dos RPPSs em nível nacional, formada por servidores do quadro do Ministério da Economia, antigo Ministério da Fazenda, auditores, que se chama Indicador de Situação Previdenciária – ISP. Dentro desse indicador existe um Indicador de Situação Financeira – ISF, e ele possui uma fórmula: receitas previdenciárias sobre despesas previdenciárias. Esse indicador, Porto Alegre tem 0,704, ou seja, as despesas são maiores que as receitas. Para cada R\$ 100,00 arrecadados, são gastos R\$ 142,00. Isso são dados da Secretaria de Previdência, o órgão que fiscaliza o Previmpa. Com base em que eles chegam a esses números? Com base no cálculo atuarial feito por servidores do quadro, técnicos do Previmpa, que são concursados, estáveis e que têm na técnica atuarial a sua profissão. Através desses cálculos a própria secretaria de previdência chega a esses números.

Então, dizer que há um superávit, porque existe uma poupança para ser usada no futuro de R\$ 3 bilhões, isso não significa que há um superávit, esse dinheiro será usado ali na frente. E se o Município parasse hoje de aportar, o que não pode – é óbvio que não pode –, a previdência não se sustenta com o que é arrecadado. Então, acho que é muito importante a gente ter isso, porque a gente fica nesse discurso de que não há déficit, há uma dívida; não encontramos na literatura, o Edmilson sabe bem disso, onde se fala em dívida com os servidores. O que se tem é déficit, superávit, ou equilíbrio se estiver zero a zero.

Por fim, eu acho importante, foi tocado em auditoria, auditoria é muito anterior à questão da reforma da previdência, ela está sendo executada por uma empresa que tem total autonomia, não tem qualquer interferência, tanto dos conselhos quanto da direção do Previmpa, é um trabalho técnico e independente, é assim que que tem que ser mesmo, e veremos o resultado em breve.

Aí sim, para concluir, eu quero reafirmar aqui o compromisso que o prefeito colocou no início de cumprimento do acordo que foi, sim, firmado com os vereadores, bastante negociado com essas associações que tiveram a coragem de negociar, tiveram a coragem

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

de sair da cômoda posição de ser oposição e de dizer “não”, e que resolveram dizer: “Nós vamos negociar porque entendemos que pode, sim, através do projeto de lei complementar ter prejuízos para os servidores maiores ainda do que propriamente no PELO”. Então, parabéns a essas associações, aos vereadores que negociaram conosco, ao Ferronato, que ainda continua na batalha. Temos certeza que esse acordo, sim, é o acordo que vai levar Porto Alegre a olhar para trás, no futuro, e ver que se construiu uma das reformas mais positivas do Brasil, muito mais positivas do que a realizada no governo da Bahia – não lembro o partido do governo da Bahia –, do governo de Fortaleza, e de tantos outros governos, sejam de direita, de esquerda, de centro, que já realizaram sua reforma. Com certeza, a nossa reforma aqui é a melhor de todas elas, com regras muito mais brandas do que todas as outras que foram feitas Brasil afora. Passo a palavra para o Rodrigo Fantinel, boa noite a todos.

**SR. RODRIGO FANTINEL:** Presidente Márcio, demais vereadores, colegas que se encontram presentes, queria agradecer a oportunidade. Acho que o Rodrigo colocou aqui com exatidão a nossa posição. Nós temos divergências quanto às colocações que foram expostas, mas, como o próprio Ver. Moisés disse, isso fica no campo das ideias, e não queremos partir para um discurso de agressão de ambos os lados. A gente sabe da preocupação que o Município tem com essa reforma, ela é vital para manter a sustentabilidade financeira do Município. Nós somos obrigados a dizer que, quando as despesas superam as receitas a situação é de déficit; no momento em que a gente não tem essa compreensão fica mais difícil de estabelecer uma discussão mais técnica. Mas quero agradecer a oportunidade, a gente continua à disposição para dialogar e dirimir eventuais dúvidas nesse segundo turno de votação. Quero agradecer também aos 24 vereadores que tiveram essa compreensão e entenderam que essa é uma situação que vai proporcionar um equilíbrio de longo a médio prazo para a cidade. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, então, agradeço a contribuição e a participação de todos, em especial à nossa retaguarda, através da Diretoria Legislativa

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
005ª Audiência Pública Virtual 29JUN2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 018/20

---

e toda a equipe que nos auxiliou na transmissão, através dos canais de comunicação da Câmara. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 22h)